



Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1991
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Rossoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alceu Swarowski, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins e Toti Colaço (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68/91

Art. 1º - Inclua-se onde couber:

Art. 2º - Fica fixado em cinco (05) o

número de cargos de Procurador, Classe NU-1, constantes da Resolução nº 52/89, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Parágrafo Único - Os atuais cargos que se encontram preenchidos serão extintos ao vagarem, até atingir o número de cargos previstos no "caput" deste artigo.

Art. 3º - Os cargos de Procurador serão obrigatoriamente preenchidos por concurso público de provas e títulos, dentro de sessenta (60) dias da vacância.

Parágrafo Único, Para constituição da Comissão de Concurso, a Assembléia Legislativa deverá solicitar à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, a indicação de um advogado, para a Banca Examinadora.

Art. 4º - Ficam transformados dois (02) cargos de Consultor Técnico às Comissões, que se encontram vagos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em dois (02) cargos de provimento efetivo de Consultor Técnico Orçamentário, Classe NU-1, mantidos os direitos, vantagens e impedimentos do cargo anterior.

Parágrafo Único - Dentro de noventa (90) dias da data da vigência desta resolução, a Comissão Executiva da Assembléia fará publicar edital de concurso público de provas e títulos para o preenchimento dos cargos transformados por esta Resolução, estabelecendo a habilitação exigida e as normas para sua realização.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 25.11.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta pretende adequar, em parte, o Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à realidade nacional.

Com a extinção dos oito (08) cargos de Procurador, aqui proposta, estará se fazendo para o Estado uma economia de aproximadamente Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) mensais, economia esta que, por certo, contribuirá para que este Poder possa continuar mantendo as suas despesas dentro dos recusos orçamentários que lhe são destinados pela Constituição do Estado.

Por outro lado, a transformação de dois (02) cargos de Consultor Técnico às Comissões, em Consultor Técnico Orçamentário, prevista no art. 4º, virá sanar uma lacuna, no Quadro de Pessoal deste Poder, completando-o e melhor contribuindo para

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência que indicamos a Deputada EMILIA BELINATI para, como representante do Partido Democrático Trabalhista - PDT, compor a Comissão Especial requerida pela Bancada do PT que objetiva promover as diligências necessárias à apuração de responsabilidades no que diz respeito aos atos de violência praticados contra trabalhadores rurais nas localidades de Faxinal dos Silvérios e Cachoeirinha, no Município de Pinhão, neste Estado.

Sendo o que se oferecia para o momento, apresentamos nossas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Líder do PDT.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 527/91, Mensagem n° 121/90, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.000.000.000,00 ao vigente orçamento da administração geral do Estado (convênio firmado com o Município de Curitiba e a CIC).

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão do Projeto de Lei n° 502/91, constante da Ordem do Dia de hoje, em Primeira Discussão.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Curitiba, segunda, em 25.11.91

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 3194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Resolução n° 68/91, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:: Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado e Rossoni.
JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução n° 68/91, bem como a Emenda apresentada pela Comissão Executiva, pretende estabelecer a uniformização dos reajustes das pensões mensais pagas através de dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo, bem como adequar o quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Como a Emenda apresentada pela Comissão Executiva extingue oito (08) cargos de Procurador e transforma dois (02) cargos de Consultor Técnico às Comissões em Consultor Técnico Orçamentário, entendemos que a matéria deve merecer um estudo mais apurado, razão porque estamos solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões.

REQUERIMENTO N° 3189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o cancelamento do Regime de Urgência e o adiamento por cinco (05) sessões, da discussão e votação do Projeto de Resolução n° 62/91 (item 15) de autoria dos Deputados João Arruda e Ademar Traiano, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Centro Novo.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. LUIZ ANTONIO DE SOUZA FILHO, que desempenhou durante vários anos o cargo de Delegado do Estado do Paraná junto ao Instituto Brasileiro do Café, onde se houve com raro brilho na defesa da cafei-

cultura paranaense.

Seu desempenho como Diretor de empresas privadas sediadas em Paranaguá e dedicadas ao ramo de armazéns gerais e exportadoras de café, conferiu a Luiz Antônio de Souza Filho, o conhecimento necessário, a especialização do comércio exterior na área cafeeira, o que contribuiu de forma concreta na defesa dos interesses paranaense e brasileiro junto à comunidade internacional.

Conceituado na sociedade paranaense e especialmente de Curitiba, deixa viúva a veneranda Senhora D. Rachel Lins de Souza, filhos e netos.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua 13 de Maio, 1038, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 3188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELISEU CALZAVARA, o qual deixa viúva a Sra. Benita Barbosa Calzavara e dois filhos menores.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3191

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado OVIDIO FRANZONI, ocorrido em 22.11.91.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 3171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória, pela passagem do seu 27° aniversário de Emancipação Política.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta significativa data, prestar nossa homenagem a essa população que comemora com grande júbilo os seus 27 anos de existência politicamente emancipada.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo de Porto Vitória já conquistou com muito trabalho e com a colabo-

ração de toda a comunidade, com o respaldo de seus representantes converte-se satisfatoriamente numa realidade.

Pois, a história de Porto Vitória é uma história de trabalho, cujo evento marca, além do seu registro, uma Porto Vitória renovada pela fibra do seu povo ao longo desses anos.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passou para o ciclo da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização e do comércio forte e estável.

Por tudo isso, a população de Porto Vitória é credora do nosso reconhecimento e admiração.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumprimenta neste dia 08 de dezembro de 1991, a laboriosa população de Paula Freitas, certos que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza do seu município e do nosso País.

REQUERIMENTO N° 3172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "Gazeta do Paraná", pela sua implantação, em data de 22.11.91, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso Interior conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípuo do lucro.

Assim é a Gazeta do Paraná, que ao inaugurar suas instalações mostra a sua primeira edição, integrando a equipe daqueles que defendem os interesses regionais, o desenvolvimento e o progresso do nosso Paraná, pois a brava gente da imprensa que no afã de servir à comunidade, de divulgar e enaltecer os nossos municípios que enfrentam os mais diversos obstáculos.

Por isso é motivo de regozijo quando um grupo de jornalistas idealizadores, superando desafios, alcança suas metas na fundação de um jornal interiorano.

Serve a manifestação desta Casa como uma homenagem ao idealismo dos Diretores, jornalistas e funcionários da Gazeta do Paraná, demais colaboradores e companheiros que acreditam neste projeto, acreditando também no povo da cidade de Cascavel.

REQUERIMENTO N° 3173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas, pelo transcurso do seu 27° aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Paula Freitas comemora a passagem do seu 276° aniversário de Emancipação Política, dia 08 de dezembro de 1991.

Paula Freitas, no final do século XIX a região era conhecida por ESTACIOS, devido à existência de um Porto Fluvial à margem direita do Rio Iguaçu, conhecido como PORTO DOS ESTACIOS, pois, em 1871, instalou-se à margem esquerda do rio macacos, afluente do Rio Iguaçu, o cidadão Manoel Estácio de Paula, sendo o primeiro habitante da região.

Mais tarde, com a penetração e a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e posteriormente denominada REDE VIAÇÃO PARANÁ SANTA CATARINA (RVPS), construiu-se uma estação ferroviária inaugurada em data de 26 de fevereiro de 1905, com o nome de PAULA FREITAS, em homenagem ao ilustre Engenheiro Civil, Dr. Antônio de Paula Freitas.

O processo de desenvolvimento da colonização não se deu somente por gaúchos e catarinenses, uma vez que a região recebeu um grande fluxo heterogêneo de pioneiros que, a partir da década XX, passaram a fixar-se na terra; construindo as primeiras glebas, as primeiras famílias e efetivamente um povoado.

E, entre as primeiras famílias, cita-se Estácios, Gabardo, Gasparim, Lara, Cordeiro, Marques, Afonso, Bueno, Gabardo, Schwartz, Hermann e outras tantas que transformaram aquela região em um dos baluartes civilizatórios no sertão paranaense.

Em janeiro de 1940, o povoado passou à categoria de Vila, sendo Distrito de União da Vitória. E, em 29 de novembro de 1963, foi criado o município; sendo instalado em data de 08 de dezembro, conforme Lei Estadual n° 4788.

Paula Freitas, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador conta hoje com extraordinário surto de progresso.

Suas atividades econômicas estão voltadas para agricultura, indústrias, comércio, pecuária, além dessas atividades explora-se a apicultura, carvão vegetal e a erva mate.

É com muito orgulho portanto, que o

povo de Paula Freitas comemora o 27° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação e com respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade satisfatoriamente se transformará numa realidade.

Nesta data tão significativa, toda a população de Paula Freitas é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo de trabalho e cooperação aos demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO N° 3178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, através de sua afiliada no Paraná, TV Paranaense, Canal 12, pelo programa "Globo Repórter" da última sexta-feira, dia 22.11.91.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Gerado em caráter nacional, o programa referido na súmula causou dois lances de impacto: o primeiro, pela oportunidade da denúncia, que acusa a falência do sistema educacional brasileiro, e o segundo, pela primorosa qualidade jornalística em vídeo e áudio.

Tomamos até a liberdade de sugerir àquela emissora de televisão que retorne ao assunto sob novo ângulo, versando a dicotomia flagrante entre a utilização dos recursos disponíveis no Sul e no Nordeste brasileiro, que até não parece região do mesmo País.

A horizontalidade contábil entre os Estados, através do Fundo de Participação dos Municípios, capitulada constitucionalmente, é, na realidade, de uma incorreção elementar.

Uma cidade brasileira do Sul e uma do Nordeste, com 15.000 habitantes recebem o mesmo percentual do FPM.

Ocorre que, aqui no Sul, não há uma só professora municipal ganhando menos de um salário mínimo, que já é um valor ridículo.

Por isso, foi constrangedor anotar, na reportagem veiculada, que uma professora nordestina ganha Cr\$ 1.327,50 por mês.

Sugerimos à emissora que, através da Central Globo de Jornalismo, faça um cotejo entre três cidades do Sul e três do Nordeste, todas com 15.000 habitantes, e pergunte a quem de direito para onde são canalizados os recursos do FPM, aritmeticamente iguais entre várias regiões do

País.

Lembramos, ainda, que os tortuosos caminhos e labirintos trilhados pelas verbas nordestinas - de cada 100 dólares apenas 20 chegam ao destino - poderiam ser facilmente palmilhados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito de nível federal.

Se o problema for reduzido às questões administrativas e gerenciais, cujo manejo amadorístico e inapropriado é a causa que leva a virar fumaça o dinheiro do FPM, permitimo-nos lembrar que o Paraná possui dezenas de ex-Prefeitos e mesmo Prefeitos que deixam os cargos e monitoração aquelas comunidades nordestinas.

Hoje, quando o homem recebe, numa única edição domingueira de jornal, mais informações do que alguém recebia durante toda a sua vida, no século XVII, é um dever patriótico transferir experiências. Agora, mais importante do que "saber como" é "saber quem".

REQUERIMENTO Nº 3179

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Banda de Música do Centro Federal de Educação Tecnológica por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 3º lugar na classificação por categoria e o 4º lugar na classificação geral, a Banda de Música do Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3180

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Banda de Música Filarmônica Antonense, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 2º lugar na

classificação por categoria e o 2º lugar na classificação geral, a Banda de Música Filarmônica Antonense, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3181

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Banda de Música Lyra dos Campos, de Ponta Grossa, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 1º lugar na classificação por categoria e o 1º lugar na classificação geral, a Banda de Música Lyra dos Campos, de Ponta Grossa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3182

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Banda de Música da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 2º lugar na classificação por categoria e o 5º lugar na classificação geral, a Banda de Música da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica

ca Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 3183

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Banda de Música Jovem de Guarapuava, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o 1º lugar na classificação por categoria e o 3º lugar na classificação geral, a Banda de Música Jovem de Guarapuava, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 3197

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, Moção de Apoio ao Vereador Francisco Praciano, Líder da Bancada do PT na Câmara Municipal de Manaus, em função de atentado sofrido em sua residência no dia 19 de novembro, colocando em risco inclusive a vida de sua mulher e filhos. Ao mesmo tempo, solicita envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Amazonas e Delegado de Polícia do 4º Distrito Policial de Manaus a fim de que se tomem providências para apurar o caso e coibir novos acontecimentos que afrontem contra a vida do Vereador e sua família.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO e

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A matéria publicada no "Jornal do Estado", dia 21 de novembro, em anexo, mostra o absurdo e o nível de violência e impunidade em que chegamos em nosso País. O Vereador, usando de suas atribuições legais, vem fazendo uma série de denúncias na Câmara de Manaus o que deve ter acirrado a animosidade dos denunciados numa aberta atitude de intimidação.

Na defesa do legítimo direito de denúncia como instrumento da atividade parlamentar, conclamamos este Plenário a solidarizar-se com o companheiro Vereador.

REQUERIMENTO N° 3198

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, Moção de Apoio ao Vereador Luiz Cavalcanti, cujo mandato na Câmara Municipal de Ananindeua está sendo ameaçado como represália às denúncias feitas por ele, envolvendo o Poder Executivo, assim como a sua postura de apoio à luta dos movimentos sociais naquela cidade.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO e

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Pará, é talvez o Estado brasileiro onde freqüentemente a violência é usada como forma de calar as poucas vozes que ousam se levantar contra os desmandos dos "coronéis".

Não faz muito tempo, aqui nesta Casa, denunciemos os abusos praticados pelo Deputado Vavá Mutran, segundo matéria publicada na "Folha de São Paulo".

Dias depois, mais duas matérias, envolvendo o mesmo Deputado e seu filho que é o Prefeito de Marabá, denunciavam violências praticadas contra menores utilizados como garis naquela cidade.

Hoje vimos propor solidariedade à ação de um companheiro Parlamentar de uma outra cidade do mesmo Estado, a que conclamamos o apoio dos nobres Pares, sob pena de termos prejudicada a principal ação parlamentar que é a ação fiscalizadora, por atos de intimidação e violência.

REQUERIMENTO N° 3193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e na forma do que dispõe o Regimento Interno, no Art. 132, § 2º, V, a separação da Emenda aposta ao Projeto de Resolução n. 68/91, a fim de que a mesma se transforme em Projeto de Resolução em separado.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 3175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de Expediente ao Senhor STENIO SALES JACOB, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, objetivando a construção

(perfuração) de poço artesiano na comunidade de São Judas Tadeu, Município de São Jorge D'Oeste (PR).

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é acompanhado de abaixo-assinado com 57 (cinquenta e sete) assinaturas, o qual nos foi encaminhado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Santana, São Judas Tadeu, e Linha Gaúcha. A construção do poço artesiano em questão, trará benefícios a diversas famílias de trabalhadores rurais. É importante a ação dos órgãos competentes do Governo do Estado para a realização deste tipo de obra, neste difícil momento da vida nacional, quando o homem do campo está descapitalizado e enfrentando sérios problemas para manter-se na zona rural.

REQUERIMENTO N° 3185

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de expediente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Delegacia Regional do Trabalho, solicitando que seja procedida a fiscalização no canteiro de obras da Indústria INPACEL - Indústria de Papel e Celulose, no Município de Arapoti, onde a Empresa Montreal está sendo apontada de irregularidades, tais como: atentado contra a organização no trabalho, contra o exercício de profissão, desrespeito à legislação trabalhista, além da falta de condições mínimas de saúde, higiene e descumprimento de acordo coletivo de trabalho.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ERNANI PUDELL,

Dr. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as denúncias de desrespeito aos direitos trabalhistas que a Empresa Montreal está sendo acusada. A alta rotatividade de mão-de-obra, as péssimas condições de saúde, alimentação e higiene, somadas as denúncias de funcionários que estariam sendo impedidos de sair do local de trabalho, além do tumulto, onde segundo o "Jornal do Estado" de 23.11.91, teriam ocorrido quebra-quebras no canteiro de obra acima citado, justificam plenamente uma vistoria do Ministério do Trabalho para posterior tomada de providências por parte do Poder Público.

REQUERIMENTO N° 3186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Marcos Formighieri,

congratulado-o pela inauguração e lançamento do mais novo empreendimento da Rede Equatorial de Comunicação - o Jornal "A Gazeta do Paraná" em Cascavel.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de novembro último, em todas as bancas, trazendo em suas páginas, anseios, lutas, conquistas e acontecimentos da região de Cascavel, estará circulando a primeira edição do diário "A Gazeta do Paraná".

Passará ele a integrar as fileiras daquelas que defendem os interesses regionais, o desenvolvimento e o progresso do Paraná.

O profissionalismo no tratamento dos fatos será, com certeza, a marca registrada.

O Paraná recebe com orgulho este mais novo e completo informativo diário, que muito irá contribuir para a cultura do nosso Estado e para o nosso País.

Parabéns Formighieri! Parabéns Cascavel! Parabéns Paraná!

REQUERIMENTO N° 3192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando sejam efetuadas reformas e melhorias na quadra de esportes da escola Arnaldo Busato - Ensino de 1º Grau, da localidade de Cruzeiro do Iguaçu no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O local onde os alunos da Escola Arnaldo Busato em Cruzeiro do Iguaçu, localidade esta em processo de emancipação, realizam aulas de educação física encontra-se em total falta de condições de uso: totalmente em aberto e sem iluminação, forçando os alunos do período noturno a se dirigirem até uma quadra de esportes pública distante 4 quarteirões da escola tendo que transitar por ruas mal iluminadas.

As melhorias na quadra de esportes: instalação de lâmpadas, construção de cercas ou alambrados, irá proteger os alunos que ganharão em tempo (já que não precisarão sair da escola para as práticas esportivas tão benéficas ao desenvolvimento) e em segurança, já que não ficarão expostos a ação de marginais ao transitarem por ruas mal iluminadas.

REQUERIMENTO N° 3134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Senhor Secretário da Fazenda HERON ARZUA, nos seguintes itens:

- 1 - Envio a esta Casa do inteiro teor do relatório formulado pela KPMG sobre o estudo de viabilidade para reestruturação da Paraná Seguros.
- 2 - Inteiro teor da análise antes do ajuste procedido pelos funcionários do BANESTADO.
- 3 - Identificação da Empresa KPMG.
Resposta às seguintes questões:
 - a) Quem a contratou?
 - b) Quanto foi pago?
 - c) Se o contrato é o mesmo celebrado com a R. H. Almeida Guimarães Advogados?
- 4 - Se a expressão: "Os estranhos negócios do Senhor Andrade Vieira" contida e destacada com grifo na folha de rosto da apreciação do resumo do relatório encaminhado a este Deputado, em papel timbrado do BANESTADO, é de autoria da empresa auditora ou foi incluída à sua revelia? Em sendo esta última hipótese verdadeira, quem responde juridicamente pela sua inclusão: o Governador, o BANESTADO ou a KPMG?
- 5 - Em caso de reformulação societária e organizacional da Seguradora Paraná, como proposto no relatório, qual o montante das despesas a serem acrescidas àquela empresa?
- 6 - Para melhor entendimento, segue em anexo cópia da análise do relatório encaminhado pelo Governador aos Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) MARIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 3184

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, moção de solidariedade do Poder Legislativo do Estado, ao "Jornal do Estado", em virtude do atentado político de que foi vítima aquele veículo de comunicação no dia 22 de novembro.

Na madrugada do dia 22 de novembro último, o escritório do Diretor Presidente do "Jornal do Estado", jornalista Roberto Barrozo, sofreu um atentado político. Pessoas não identificadas arrombaram uma das janelas do escritório, no segundo andar da Galeria Ritz, por volta da zero hora, quando não havia vigilância no prédio. O gabinete foi violado, todas as gavetas e armários revirados, mas nada foi levado, exceto dois objetos de pequeno valor.

Os primeiros funcionários que chegaram

no escritório, alertaram o presidente da empresa do ocorrido. O Doutor Barrozo, então, entrou em contato por telefone com o Delegado Geral da Polícia Civil, José Maria Correia, alertando que se tratava de um atentado político, promovido por pessoas descontentes com a linha editorial do jornal - que é de forte denúncia dos atos irregulares cometidos na administração pública.

Requer-se ainda, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo, o editorial: "O PREÇO DA COVARDIA", publicado pelo "Jornal do Estado" no dia 23 de novembro, em que se afirma: "O atentado ao JE não intimida o Diretor Presidente Roberto Barrozo, que tem tradição de luta na denúncia de irregularidades, a qualquer preço."

O próprio JE salvaguarda a possibilidade de uma ação criminosa corriqueira da cidade grande. Entretanto, ação contra um veículo sério como o JE, no momento em que se coloca como o meio de denúncia contra atos lesivos ao patrimônio público do Paraná, é no mínimo, estranha.

Atos como esses, ficaram registrados na história do Brasil como expressão do arbítrio e do terror da ditadura e, sua recriação, neste momento da vida nacional, merece o repúdio do Poder Legislativo, na forma mais veemente possível.

Que seja enviado expediente, também, ao Secretário de Segurança do Paraná, Doutor Moacir Favetti, solicitando o desdobramento célere das ações policiais para elucidação dos autores de tal barbárie contra a democracia.

Sala das Sessões, em 25.11.91.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente passamos a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós já pela terceira vez estamos usando desta tribuna para relacionar e falar aqui sobre os fatos lamentáveis quanto à violência que ocorre em nosso Estado, mais especificamente no município de Pinhão. E alguns dias na semana anterior nós tivemos aqui nesta Casa um requerimento aprovado nomeando e autorizando uma comissão de parlamentares para averiguar os fatos, até então tidos como denúncias, quanto à violência ocorrida naquele município em função de problemas de terras.

Foi-nos denunciado, e aqui nos pronunciamos, que no dia vinte e nove uma quadrilha, vamos dizer assim, de pistoleiros invadiu uma escola rural do interior do município de Pinhão realizando lá tiroteio na escola e vindo ocorrer um ferimento de

uma menina de apenas onze anos de idade, que estava naquele local com a sua professora e com seus colegas de aula. Na sequência, os pistoleiros, segundo o identificado pelos agricultores posseiros e sem-terras, ao chegarem a uma roça onde estava um lavrador trabalhando, limpando a sua terra, a sua planta, foi abordado pelos pistoleiros com várias armas em sua testa, no ouvido, no coração e ameaçando-o de morte se o mesmo não saísse e não convencesse os seus colegas a se retirarem daquela área.

Há alguns dias um novo atentado ocorre quando uma outra criança, uma outra menina de apenas treze anos de idade foi atingida por um tiro, ao sair de sua casa para ir até a fonte apanhar água e ela esteve internada na UTI, em Guarapuava, por quatro dias, correndo sérios riscos pelo tiro que levou na região do tórax. A partir disso a nossa denúncia aqui teve reforço, a comissão foi aprovada: juntamente com a Deputada Emília Belinati e o Deputado Mário Bezerra nós nos dirigimos até esse local onde ouvimos o promotor da cidade, ouvimos lideranças locais com representante do Senhor Prefeito Municipal, ouvimos também representantes dos lavradores sem-terras que estão na área, ouvimos também o representante então acusado de ter mandado fazer os ditos tiroteios, de ter os pistoleiros, o qual se nega de que seja responsável por isso, que era o representante da madeireira Zattar, ouvimos também no local onde fora feito o tiroteio na escola, vimos e ouvimos a criança baleada, as pessoas que assistiram aquele banditismo ocorrido naquela escola. Participamos, então, de uma negociação neste dia onde, a comissão de Deputados com os proprietários da empresa, com os representantes dos posseiros e sem-terras, chegamos a um acordo ou intermediamos uma trégua para que, até o dia trinta deste mês, fosse então chegada a uma conclusão e um acerto final e se encaminhasse a solução ou apuração daquelas violências realizadas no município de Pinhão.

As informações que nós colhemos do proprietário da área, como também dos ocupantes da área é de que o conflito se gera em função da madeira que está em cima das áreas desapropriadas pelo Incra e que segundo o madeireiro é dono da referida madeira e segundo os sem-terras ou segundo informações coletadas por nós a partir de informações de órgãos competentes de que há dúvidas de que essa madeira possa ser retirada.

Senhor Presidente, eu solicito o horário da Liderança do PT.

Nós solicitamos informações do Ibama e do Incra e nos chegará em mãos hoje essas referidas informações, para que a comis-

são, provavelmente nesta semana, antes que expire o prazo do dia 30 volte até o local para encaminhar aquela negociação proposta ou aquela trégua feita pelas partes até o dia 30 próximo vindouro.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que com toda a nossa preocupação de os Deputados irem até a área conversamos com as autoridades locais, o promotor nos acompanhou e já esteve por mais de duas vezes na área conversando com os posseiros, conversando com o proprietário.

Neste último final de semana uma nova façanha, triste façanha ocorre naquele município, quando três propriedades de posseiros são incendiadas e queimadas com os seus pertences, de dia claro, sendo os mesmos expulsos da roça onde estavam trabalhando, limpando as suas plantas, sendo expulsos através de tiros e após terem se refugiado no mato e dois deles serem atingidos por balaços dos referidos pistoleiros, o qual constatamos in loco, tive a oportunidade de participar, juntamente com a Polícia Militar no último sábado de uma busca no local e de uma averiguação na área onde as propriedades haviam sido queimadas, porque os lavradores haviam fugido da região, deixando lá seus pertences, seus animais, o que restou das casas queimadas, suas galinhas, seus porcos, seus animais e nós fomos com a Polícia Militar de Pinhão até este local para retirar os animais porque os agricultores estão amedrontados e não têm mais como permanecer nesses três locais onde foram queimadas as casas.

Temos aqui fotografias de pessoas, de dois atingidos neste local, onde um agricultor fora atingido por uma bala, sendo que a bala passou raspando a sua cabeça, 200 metros de distância da sua casa, onde os pistoleiros estavam escondidos e metendo bala na sua propriedade. Outro agricultor com um tiro no braço, que após terem lhe atropelado da roça a tiro e o mesmo fugindo recebeu um tiro no braço, teve a sua casa queimada, após o tiroteio na sua lavoura onde estava tranquilo limpando o seu milho, o seu feijão para dar sustento a sua família.

Fotografias de três casas queimadas onde os lavradores não ficaram nada mais do que com a sua roupa, que estava vestida e eu tive a oportunidade de ouvir, de ver as pessoas lamentando o agricultor retirando das cinzas, porque após a queima da sua casa, ele não pode mais voltar ao local, recolhendo seus garfos, colheres, facas o seu aparelho de barbear, enroscado pelo fogo, tentando recuperar esses pertences mínimos, depois de levar o fogão no lombo de um cavalo, porque nem sequer uma carroça desce nesse local, desmontar o seu fogão, levar e colocar no seu rancho e ali

cultivar a sua planta para sustentar a sua família e ele vê com os olhos tristes, correndo lágrimas os seus pertences mínimos virado em cinza e denunciasses pela cidade aos quatro ventos, que quem faz essas barbaridades são pistoleiros da madeireira

Zattar, que eu tive oportunidade de conversar com o delegado da cidade no último sábado, com um soldado que comandava o batalhão da Polícia Militar, e confesso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu ouvi estarecido da boca do delegado e do policial, que lá nessa cidade tem que se fazer amigo dos bandidos, tem-se que levar eles de compadre, porque não se pode combater o crime e não se pode combater essa violência. O delegado nos disse que não tem o seu coro para negócio, porque já prendeu vários pistoleiros e a justiça manda soltar dois dias depois. Nós ficamos estarecidos quando numa delegacia de um município como esse, com tanta violência que ocorre há três anos não tem um delegado de carreira e o delegado se sujeita, segundo ele mesmo, a aceitar um desafio e um cargo sem nenhum preparo, sem nenhuma condição até de ter trabalho, de ter via-tura de ter policiais, para realizar um trabalho. A Polícia Militar esteve lá realizando uma batida, quando 60 policiais investigaram na mata e puderam prender, apenas uma pessoa que está preso na cadeia de Pinhão, acusado de crime. Catorze pessoas tidas aos quatro ventos na cidade como funcionários, guardas florestas, entre aspas, da madeireira Zattar, estão com prisão preventiva decretada pelo juiz local e não se consegue encontrar. Diziam-nos pessoas de lá, que o chefe dos pistoleiros mora dentro do quadro da madeireira, o famoso Sergião, como é conhecido, que é o comandante dos pistoleiros, ou melhor, entre aspas, dos guardas florestais, da fazenda, que saem um dia por semana armados com metralhadoras Winchester, e tudo que é tipo de armas, para fazer vistorias nas divisas e que são acusados pelos agricultores, pelos posseiros e sem-terra, de realizarem esse tipo de banditismo. E nós tivemos oportunidade de ouvir de um dos proprietários da madeireira a negação, de que não são funcionários da madeireira os referidos pistoleiros. Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece-me que quem chega naquela cidade, ou vai nos locais que nós fomos, parece que se está em terra sem lei, em pleno ano 2.000, em pleno século XX, quando se vai à lua, se vai aos planetas e não se tem condições de barrar a violência deste tipo, de que pessoas vão até a casa de lavradores inocentes e queimam suas casas. Parece que se está assistindo filme de faroeste dos Estados Unidos, como se vê na televisão. Essas terras sem lei, Senhor Presidente, Se-

nhores Deputados,...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Seu horário já está esgotado, Deputado. Gostaria que completasse.

O SR. MARIO BEZERRA - Nós concedemos ao nobre Deputado o horário do PTB.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - O Deputado Mário Bezerra nos concede o horário da Liderança do PTB. Gentilmente nós agradecemos. E agradecemos ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - V.Exa. tem o horário do PTB.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - A Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro não concedeu horário a ninguém.

O SR. MARIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu fiz a gentileza, nobre Líder, porque eu faço parte dessa Comissão e o Deputado que está usando da palavra é o Presidente da Comissão. Então, só para a Assembléia tomar conhecimento sobre o que acontece em Pinhão. Houve um acordo, V.Exa. não estava aqui, mas eu tomei a liberdade, logicamente acreditando na anuência de V.Exa. de que nós poderíamos usar o horário. Simplesmente para que a Assembléia seja esclarecida sobre a violência em Pinhão. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu agradeço ao Líder do PTB e ao Deputado Mário Bezerra por nos concederem este horário e gostaria que até se o Deputado Mário Bezerra e a Deputada Emília Belinati, que estiveram no local conosco, quisessem nos intervir ou nos apartear e completar informações que eu possa estar deixando, por esquecimento, tenham a liberdade. Mas quero complementar dizendo que realmente naquele município nós ouvimos de pessoas da cidade, de agricultores lá do interior do município, dizendo de que nessa terra quem manda é a madeireira Zattar. Nessa terra a lei é a madeireira Zattar. As pessoas dizem de boca cheia, esses tipos de informações lá na cidade, no interior do município. Eu fico revoltado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando numa situação destas, nós denunciemos aqui, nesta tribuna, encaminhamos um Requerimento ao Secretário de Segurança solicitando intervenção na área, trouxemos em mãos à Comissão um ofício do digníssimo Promotor daquela cidade, Dr. Hugo, encaminhado diretamente ao Secretário de Segurança. Eu e a Deputada Emília Belinati lá estivemos entregando em mãos ao Diretor Geral da Secretaria de Su-

Tenho em mãos dirigido do Secretário de Segurança ao Comandante da Polícia Civil do Interior, solicitando intervenção na área e designando um delegado especial para o fato de Pinhão, para os casos ocorridos e denunciados pela Imprensa, e infelizmente até sábado, quando estive lá, perguntei ao Delegado de Polícia, perguntei ao Comandante da Polícia Militar, e nenhum delegado havia se apresentado na Delegacia até o momento, dizendo-se delegado especial para apurar esses fatos. Apenas 60 a 80 militares do Batalhão da Polícia Militar fizeram uma varredura na área, na última sexta-feira e que nada encontraram em função de 14 mandados de prisão preventiva que tinham em mãos, e nenhuma dos que estavam sendo procurados, nenhum dos bandidos - vamos dizer assim - acusados foram presos, e o Delegado se diz impotente para realizar qualquer operação na área.

Há necessidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que esta Casa faça a sua parte, e esta Comissão, da qual fazem parte os Deputados, já mencionados, estamos dirigindo novamente esta semana ao local, para que sejam esclarecidos esses fatos. E realmente nós não podemos acreditar que em pleno século XX esses fatos ocorram no Estado do Paraná. É necessário que o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, seja responsabilizado pelo que vem ocorrendo, porque após as denúncias feitas aqui, nada mais se fez a não ser uma varredura num dia depois de todos esses fatos terem acontecido no local e nada até agora foi encaminhado de concreto, a não ser a boa vontade do Promotor de Justiça que está se propondo, visitando a área, ouvindo pessoas, participando inclusive conosco, na Comissão, para que sejam elucidados esses fatos. Há necessidade urgente de providências a serem tomadas, e esta Comissão irá fazer um relatório minucioso à Procuradoria Geral do Estado, à Procuradoria da República para que sejam resolvidos e se acabe de vez com esse tipo de violência em pleno século XX no Estado do Paraná, de se invadirem escolas, onde inocentes estão estudando, fazer tiroteio e baleiar crianças, onde uma criança não pode sair de casa para ir buscar água na fonte, que pistoleiros escondidos no mato baleiam crianças que têm que parar na UTI do hospital, onde agricultores, tranquilos, miseráveis, passando fome, têm que se deslocar, se enfiarem nesses matos há 40 anos posseiros nessas áreas e vêm agora os seus barracos, com tudo que lhes pertenciam, virarem cinzas, sem ter condições de nem sequer ter uma lasca para poder reconstruir o seu barraco e intimidados para se retirarem do local, e segundo depoimento deles, para que se intimidem e a Madei-

reira tome conta das terras que, segundo os lavradores, não é proprietário e sim eles que estão lá há 40 anos como posseiros dessas áreas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu faço esse relato hoje em função do que vimos, do que a Comissão viu e ouviu naquele dia que estivemos em Pinhão, e do que vi e ouvi no último sábado, depois do último banditismo realizado na queima de casas desses três lavradores; e que na nossa volta ao local, após ouvirmos as testemunhas e realizarmos o relato concreto e completo desses fatos, nós nos pronunciaremos, nós passaremos cópia a esta Assembléia e encaminharemos a este Plenário para que se tomem as medidas necessárias e as providências cabíveis para este fato.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado e agradeço novamente à Liderança do PTB que nos concedeu parte do seu horário para que pudéssemos complementar essas informações a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Lamentavelmente, nós temos que vir aqui mais uma vez a essa tribuna, denunciar ações contrárias aos direitos elementares do cidadão e em especial, dos trabalhadores. Todos nós sabemos que, um grande alarde por toda a imprensa, foi noticiado na semana passada sobre a inauguração de um enorme complexo industrial de produção de papel em nosso Estado, da fábrica da EMPACEL, cujo investimento foi da ordem de 590 milhões de dólares, cujo acionista majoritário é o Banco Bamerindus e embora seja um enorme conglomerado financeiro com enormes recursos, contou com um generoso financiamento na ordem de 43% do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico.

Também, esse empreendimento tem sido notícia pelos meios de comunicação do Paraná, por ter adquirido antecipadamente, grande parte da produção da Usina Hidrelétrica de Segredo. Também tem sido notícia e tem sido divulgado que nesse empreendimento estarão sendo implantadas, segundo informações, condições excepcionais de atendimento aos trabalhadores, especialmente na área de lazer, esporte e cultura, enfim, pelas notícias, tudo são flores em Arapoti. Todavia, nós recebíamos estarrecidos a notícia de que essa semana, os funcionários da empresa Montreal que é uma das empresas que presta serviços à EMPACEL na construção da sua fábrica, está sendo alvo de denúncias gravíssimas de desres-

peito à legislação do trabalho.

Nós temos aqui, informativo do Sindicato das Empresas de Montagem, Manutenção e Prestação de Serviços nas Áreas Industriais do Estado do Paraná, de que um bilhete assinado por um dos representantes da empresa, pede a inclusão de um trabalhador na lista negra dos empregados, ou seja, um determinado trabalhador inconveniente para os interesses da empresa, envolvido em movimento de melhoria de condições de salário e de trabalho, foi demitido. Não apenas demitido, perseguido, mas também solicitada a sua inclusão em uma lista negra para que ele não mais arrumasse emprego nas empresas coligadas desse referido grupo. Isso aqui fere os tratados da Organização Internacional do Trabalho, fere a Constituição Federal do Brasil, é um crime contra a liberdade de organização sindical, é um crime contra a liberdade ao trabalho e ao ofício, e nós, lamentavelmente, recebemos essa denúncia, da maior gravidade possível. Não bastasse isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não bastasse essa situação, nesta semana também, sexta-feira, houve uma situação de revolta nos refeitórios da empresa Montreal que presta serviços em Arapoti à EMPACEL, houve uma revolta dos trabalhadores, em razão da péssima qualidade de alimentação que era fornecida no local, das normas de condutas que estão sendo adotadas por aquela empresa e imposta aos trabalhadores que beiram efetivamente, lesões gravíssimas à liberdade individual do cidadão e essa situação, imposta por essa empresa acabou gerando uma situação de revolta.

Concluindo Senhor Presidente. Revolta essa rapidamente sufocada por quarenta policiais militares. Por isso nós estamos pedindo, imediatamente, aprovação por esse Plenário, de um requerimento a ser encaminhado ao Ministério do Trabalho para que apure estas denúncias gravíssimas contra a empresa do Grupo Monte Real, que presta serviços em IMPARCEL (sic) e Arapoti.

E fica aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um registro, para que façamos uma reflexão da diferença de tratamento adotado com relação aos trabalhadores de Pinhão, aos posseiros, e a diferença do tratamento adotado contra os trabalhadores que trabalham na IMPARCEL (sic). Para uns, a violência impune, praticada pelo latifúndio, pelos grileiros, pelos madeireiros. Para estes não adianta sucessivas denúncias, alertas de que estão correndo risco de vida, são baleados e nada se faz.

Agora, quando se trata da revolta dos trabalhadores, aí nós temos uma ação policial eficiente e prestativa no Estado. Vale a pena fazermos uma reflexão e pergun-

tamos realmente, se este País é dos brasileiros, daqueles que vivem aqui e trabalham ou se efetivamente a estrutura do Estado, todo este País está subordinado apenas aos interesses dos grupos econômicos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário destinado ao PST, concedemos a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, apresento hoje um Requerimento de Votos de Congratulações à REDE GLOBO DE TELEVISÃO, pelo Programa Globo Repórter, do último dia 22 de novembro de 1991.

(Lê):

"Gerado em caráter nacional, o programa referido na súmula causou dois lances de impacto: o primeiro, pela oportunidade da denúncia, que acusa a falência do sistema educacional brasileiro, e o segundo, pela primorosa qualidade jornalística em vídeo e áudio.

Tomamos até a liberdade de sugerir àquela emissora de televisão que retorne ao assunto sob novo ângulo, versando a dicotomia flagrante entre a utilização dos recursos disponíveis no Sul e no Nordeste brasileiro, que até não parecem regiões do mesmo País.

A horizontalidade contábil entre os Estados, através do Fundo de Participação dos Municípios, capitulada constitucionalmente, é, na realidade, de uma incorreção elementar.

Uma cidade brasileira do Sul e uma do Nordeste, com 15.000 habitantes recebem o mesmo percentual do FPM.

Ocorre que, aqui no Sul, não há uma só professora municipal ganhando menos de um salário mínimo, que já é um valor ridículo.

Por isso, foi constrangedor anotar, na reportagem veiculada, que uma professora nordestina ganha Cr\$ 1.327,50 por mês.

Sugerimos à emissora que, através da Central Globo de Jornalismo, faça um cotejo entre três cidades do Sul e três do Nordeste, todas com 15.000 habitantes, e pergunte a quem de direito para onde são canalizados os recursos do FPM, aritmeticamente iguais entre várias regiões do País.

Lembramos, ainda, que os tortuosos caminhos e labirintos trilhados pelas verbas nordestinas - de cada 100 dólares apenas 20 chegam ao destino - poderiam ser facilmente palmilhados por uma Comissão Parla-

mentar de Inquérito de nível federal.

Se o problema for reduzido às questões administrativas e gerenciais, cujo manejo amadorístico e inapropriado é a causa que leva a virar fumaça o dinheiro do FPM, permitimo-nos lembrar que o Paraná possui dezenas de ex-Prefeitos e mesmo Prefeitos que deixam os cargos e monitoração aquelas comunidades nordestinas.

Hoje, quando o homem recebe, numa única edição domingueira de jornal, mais informações do que alguém recebia durante toda a sua vida, no século XVII, é um dever patriótico transferir experiências. Agora, mais importante do que "saber como" é "saber quem".

Prezados companheiros, aqui diversos ex-prefeitos se fazem presentes. O Fundo de Participação é uma receita que todos os municípios recebem de acordo com o número de habitantes. Isso quer dizer que os prefeitos do Nordeste que pagam apenas duas carteiras de cigarros como pagamento a uma professora, eles são na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não são maus administradores, eles são ladrões. Eles estão, na verdade, roubando o dinheiro do povo, porque os municípios do Paraná recebem precisamente igual, ou seja, recebem o 0,2% a menos que os municípios do Nordeste. E, no entanto, aqui no Paraná os prefeitos administram suas comunidades com o mesmo dinheiro. Eu, por exemplo, quando fui Prefeito, o ICMS não existia, e, até hoje, praticamente não existe. Eu administrava o município, que recebia, de acordo com 15 mil habitantes, quando que, na verdade, tinha 45 mil habitantes. E essa verba que vinha, toda ela era aplicada e o município administrado somente com o Fundo de Participação.

O SR. ALBINO CORAZZA - (Aparte).

Nós queremos cumprimentar Vossa Excelência pelo importante assunto que traz a debate nesta Assembléia, uma questão que está sendo muito questionada, do retorno do Fundo de Participação dos Municípios brasileiros. A denúncia de que este valor do Fundo está diminuindo a cada mês, apesar da inflação que está voltando, está fazendo com que grande parte das prefeituras se encontrem em sérias dificuldades, muitas delas até fechando alguns dias em sinal de protesto. Este é um assunto que o Governo Federal, o Ministério da Economia deveriam mostrar uma transparência para que se conhecesse o motivo da real queda desse Fundo.

E Vossa Excelência coloca que esse Fundo que cada município recebe, tanto do Nordeste como do Sul, de acordo com o seu número de habitantes, tem mais um agravante, muitos Estados como Minas Gerais e outros Estados do Nordeste, que têm um nú-

mero maior de municípios, recebem, consequentemente, um volume maior do recurso federal na soma dos seus municípios.

Então, essa é uma questão que deve ser discutida para que se corrijam distorções que possam ocorrer na Legislação quanto ao retorno.

Parabenizo Vossa Excelência pela oportunidade do assunto, e façamos votos de que os municípios brasileiros possam realmente ter a sua autonomia e recursos suficientes para dar uma resposta mais rápida, barata e direta ao povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTARIO - Eu agradeço a interferência do Presidente do Bloco Municipalista nesta Casa, Deputado Albino Corazza.

Mas o que nos preocupa é precisamente esse levantamento. Tanto que estamos pedindo à Rede Globo de Televisão que mostre ao Brasil a seriedade e a honestidade dos administradores do Paraná - e estou certo que de outros Estados - mas vou me referir somente ao Estado do Paraná, porque o recurso que recebe um município de 15 mil habitantes do Paraná, paga as professoras municipais em dia, paga mais que um salário mínimo com esse recurso, porque só vive com esse recurso, ele mantém o serviço de saúde - e é o que não existe no Nordeste, e recebendo exatamente a mesma importância que recebem os municípios do Paraná, - isso quer dizer, então, que os administradores de lá simplesmente estão embolsando esse dinheiro do Fundo de Participação, porque de outra forma não tem como explicar. E, nós estamos pedindo ao Líder do Partido Social Trabalhista da Câmara Federal, o ex-Secretário da Fazenda, Deputado Federal Haully, que peça uma Comissão de Investigação, uma CPI junto a essas prefeituras, porque há um dispositivo Constitucional Federal, que obriga que o Fundo de Participação - 20% seja aplicado na Educação - 10% na Saúde e uma professora do Nordeste não pode receber o que custa duas carteiras de cigarros.

Cabe especialmente ao Presidente da República, que levantou uma bandeira em todo o País na campanha, dizendo que o Governo seria honesto, de pedir a intervenção aos Municípios que não cumprem o Dispositivo legal, que é de 20% à Educação, aliás 25% e 10% para a Saúde.

Este é o Requerimento que apresentamos, e nós gostaríamos de ver na televisão, três Municípios do Estado do Paraná administrados com Fundo de Participação, somente do Fundo de Participação e três Municípios do Estado do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Consulto

a Liderança do PFL, se fará uso do seu Horário.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu Horário.

(Declina).

Passamos a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 51/91, subscrito pelo Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, indicando o nome da Senhora Deputada que irá compor a Comissão Especial da Bancada do PT. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Emenda de autoria da Comissão Executiva, ao Projeto de Resolução nº 068/91, constante do expediente. Constitua-se em Projeto de Resolução em separado. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 068/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, dispõe que as pensões mensais pagas a qualquer título, através de dotações no Orçamento do Poder Legislativo, ficam fixadas em seus atuais valores, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade, APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DE PLENÁRIO. Em discussão.

O SR. PAULO MAIA (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós nas sessões anteriores, até por desconhecer o teor previsto de tal Projeto de Resolução, votamos naquela oportunidade, favoravelmente a essa medida. Posteriormente, estivemos discutindo e procurando ter melhores informações a respeito do mérito, da questão dessa medida proposta; e temos aqui a apresentar a esse Plenário, uma preocupação bastante séria que formalizada, com certeza, se aquilo que aqui afirmamos não corresponder a verdade, nós queremos que os fatos sejam postos às claras. Pois vejamos: (Lê)

"Com o presente pronunciamento, pretendo chamar a atenção para o fato de que esse Plenário aprovou inadvertidamente inclusive, esse Deputado que vos fala, na Sessão Ordinária de quinta-feira, dia 21 do corrente, por unanimidade de votos, Emenda de caráter de profundo teor de justiça, razão pela qual, solicito a atenção dos Senhores Deputados à reflexão sobre os seguintes fatos e aspectos".

Embora sobre o aspecto legal seja deferida a Mesa, eu pediria por gentileza inclusive, que a Mesa e o Plenário, acom-

panhassem a nossa Comissão e se estivermos errados, queremos que os fatos verdadeiros sejam postos às claras.

Embora sobre o aspecto legal seja deferida à Mesa Executiva a competência da iniciativa de tais medidas, tanto Constitucional, como regimentalmente, há alguns aspectos que merecem maiores e melhores esclarecimentos. Tais irregularidades regimentais, apesar do parágrafo 1º do Artigo nº 33 deferir a Comissão Executiva; entre outras coisas a iniciativa da medida, objeto da Emenda e Discussão, conforme consta em seu inciso 8º, § 2º do referido artigo - ao deferir às atribuições da Comissão e Constituição e Justiça - vejamos então, o artigo 33 da Comissão de Constituição e Justiça. Vejamos então o referido artigo 33 que acabamos de citar, nesta oportunidade. Citamos o artigo 33, parágrafo 2º: "A Comissão Executiva compete propor a criação ou modificação de seus serviços dar Parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos. § 3º: à Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa. Sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado. Sobre os recursos previstos, neste Regimento, propor através do Projeto de Resolução a suspensão, no todo ou em parte de Lei ou de Decreto Municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça e quanto ao mérito sobre as proposições relativas às seguintes matérias: Organização dos Poderes do Estado"; mais adiante enfatiza a competência quanto ao mérito sobre as proposições relativas às seguintes matérias: inciso 5º: da organização dos Poderes do Estado, que nós acabamos de citar. É óbvio que o quadro de pessoal do Poder Legislativo se infere nos institutos que caracterizam a organização deste Poder. Portanto compete a C.C.J. exarar parecer quanto ao mérito da proposta, fato não ocorrido e questionado na 2ª Votação.

O mesmo artigo do Regimento Interno seu § 3º, ao definir a competência da Comissão de Finanças diz: "Parágrafo 3º: - A Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública". Também a Comissão de Finanças não teve deferida a oportunidade de apreciar a proposição.

Ainda na sequência de análise regimental significa que a presente proposição não teve requerimento de urgência proposto e nem aprovado por este Plenário, razão pela qual feriu o que dispõe o artigo 94 do referido Regimento que diz: "Todas as

matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sobre a guarda da Mesa. Parágrafo 1º: Salvo deliberação do Plenário nenhum projeto entregue a discussão inicial ou única, na Ordem do Dia sem que figure em Pauta, ficando sobre a Mesa para conhecimento e estudo dos Deputados durante sessões consecutivas e sendo publicado, na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia". Isso não ocorreu.

Segundo determina o artigo 103 do Regimento Interno: "O Ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos da proposições assinará, obrigatoriamente, após respectivo número. Inciso 4º: A conclusão dos pareceres, se favoráveis, com Substitutivos, Emendas ou sub-Emendas. E existência de Emendas, relacionadas por grupos, conforme os respectivos pareceres. Todos os projetos, embora o Regimento exija apenas a conclusão dos pareceres conste obrigatoriamente, é costume desta Casa ter os mesmos publicados na sequência da proposição objeto dos mesmos, prática não verificada quando da inserção do presente projeto da Ordem do Dia em primeira discussão no dia 19 do corrente, conforme a Ordem do Dia que temos também aqui em nossas mãos para provar a afirmativa que estamos fazendo.

A Emenda não poderia ter sido aprovada em segunda discussão, pois o artigo 160 diz: "a votação complementa o turno regimental, à discussão. Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer". Isto também dentre outras coisas. Na melhor das hipóteses teria que retornar à Comissão Executiva para que a mesma se pronunciasse acerca da emenda, o que não houve.

A validade da mesma é discutível, se não vejamos: o artigo 138, § 5º, diz: "Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria de proposição principal". Este artigo veda, de forma indiscutível, a admissibilidade de emenda substitutiva, aditiva, que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição inicial. O Projeto de Resolução 068/91 versa sobre pensões pagas por este Poder às suas respectivas dotações orçamentárias. A emenda a ele inserida trata exclusivamente de matéria referente à política de pessoal, ao definir regras de extinção, criação e assunção de cargos ali tratados.

Vejamos o artigo 141: "nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos

de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Assembleia..."

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está encerrado.

O SR. PAULO MAIA - Gostaria de clarear a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Quero deixar bastante claro e, caso esteja errado no meu encaminhamento, que a Mesa Executiva possa nos desmentir, possa dizer o contrário daquilo que estamos afirmando neste nosso pronunciamento.

Por isto peço a Vossa Excelência que compreenda nossa discussão, conforme prevê o artigo 153 do Regimento Interno. Pediria que Vossa Excelência por gentileza observasse o artigo 153 do Regimento Interno, que nos dá condições de trinta minutos para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência pode continuar com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a Vossa Excelência.

O artigo 141, repito, diz: "nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre a criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Assembleia". Isso quer dizer: a metade, no mínimo seriam 27 assinaturas. Na melhor das hipóteses teria que retornar à Comissão Executiva, a validade da mesma é discutível. Se não vejamos: o artigo 138, § 5º, veda o que aqui já falamos. Entramos no mérito da questão da análise moral e de justiça nesse momento.

Além das indiscutíveis falhas regimentais já apontadas, cabe salientar e afirmar-se sobre tudo que é legal, é justo, ou moral. A justificativa da emenda é, no mínimo, bastante ingênua quando diz: "o seu propósito é adequar a realidade brasileira nos quadros de pessoal deste Poder, afirmando - com tal medida, os números de hoje estaria este Poder contribuindo com uma economia no Estado no montante aproximado de 12 milhões.

Nós temos afirmado Excelência e gostaria também que a Casa registrasse e a Mesa Executiva posteriormente nos respondesse, porque vemos frequentemente ataques a este

Poder e creio que, como representantes do Povo, não podemos permitir que esses ataques continuem ferindo o nosso trabalho e a nossa representatividade.

E como Deputado que estou chegando a esta Casa e ouço estes tipos de informações ou difamações, eu gostaria até, em cima daquele princípio da eleição da Mesa no início desta Legislatura, quando propusemos a abertura da Casa, número de funcionários e tudo mais, dissesse ao povo do Paraná sobre o que nós estamos afirmando quando se diz, que, mensalmente, por ocasião da liberação dos vencimentos - e isto nós estamos ouvindo e trazendo à Mesa Executiva até para que responda as acusações que esta Casa tem recebido - se observa no Posto de Serviço do BANESTADO, filas enormes de funcionários somente vistos nessas oportunidades.

Com o que temos certeza que a Mesa Executiva não concorda também nós não concordamos com essas afirmativas. E a partir deste momento e tratando especificamente do problema - Procuradores da Assembléia Legislativa, que versa este assunto, segundo informações de Vossa Excelência prestada ao Plenário quando da votação da emenda em segunda discussão, tem esta Casa em seus quadros de Procuradores, 43 servidores aposentados e 13 na ativa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Permita um esclarecimento: não são 43 são 78!

O SR. PAULO MAIA - Então eu continuo e gostaria que a Casa também posteriormente esclarecesse a todo o Plenário e ao Paraná: 43 servidores aposentados e 13 na ativa, sendo que do número de vagas existentes 4 se encontram em aberto, com as aposentadorias recém deferidas pela Comissão Executiva desta Casa. E dos 9 remanescentes, somente aqui comparecem 3.

Então nesse sentido nós não podemos deixar que atinja o nosso trabalho de representantes do povo do Paraná. E mais ainda, dito que todos em funções, e no exercício de atribuições estranhas ao quadro a que pertencem, os demais se acham à disposição.

Eu gostaria que a Mesa Executiva observasse bem a informação que estamos passando, porque eu acho que nós não podemos ficar apenas aceitando que denúncias sejam feitas contra o nosso trabalho. Se diz mais o seguinte: e dos 9 remanescentes somente 3 comparecem e mais adiante, ou se acham à disposição de outros órgãos do Estado ou simplesmente pelo fato de terem tido o privilégio de ter atingido o ápice da sua carreira funcional, não mais tem interesse em aqui trabalhar, aguardando o cumprimento do prazo para suas aposentadorias no trato dos assuntos de interesse

particular, entre os quais, segundo informações e eu quero deixar isso bem claro para os esclarecimentos, do que nós ouvimos e estamos trazendo aqui, com a pureza de espírito e com a vontade de contribuir para o bem dos trabalhos desta Casa que, dentre estes, situa-se o filho de um Deputado, e o filho de um ex-governador, dentre outras tantas funções públicas exercidas no Paraná e no Brasil.

Informo ao plenário que, na expectativa de assunção ao cargo, em decorrência da vigência da legislação, contam não mais que 35 funcionários, todos com seu tempo de serviço praticamente cumprido, tendo sido preteridos nas suas indicações para o cargo de procurador pelo simples fato de que as comissões executivas anteriores e a presente não tiveram critério para provimento dos referidos cargos.

Pergunto: que culpa cabe a estes funcionários? Dos 35 funcionários referidos, uns poucos servidores se encontram diariamente prestando serviços nesta Casa, numa coerência e respeito à instituição e de seus princípios.

Pergunto também a Vossa Excelência, e gostaria que Vossas Excelências, observassem bem que é uma freqüente que esta Casa vem recebendo e nós não podemos permitir que esses fatos a cada dia mais vem denegrir a imagem deste Poder Legislativo. Se fantasmas há de quem é a culpa e a responsabilidade dos que aqui vem trabalhar? Sem dúvida o ônus e um prejuízo aos cofres públicos dos funcionários que aqui recebem sem trabalhar, sem dúvida, temos que nos informar, e muito maior que o ônus que a proposta pretende eliminar.

Preocupados em não cometer injustiças Excelências, não apontaremos os que mereciam ser promovidos, mas os Srs. Deputados os conhecem, disso não há a menor dúvida.

Continuo perguntando a Vossa Excelência e colocando esses fatos porque acho que aqui está freqüentemente feita aquela questão de imputar aos outros muitas vezes aquilo que lhe cabe.

Este Plenário, na presente legislatura e nas anteriores, aprovou sempre e sem discutir, benefícios e privilégios a ocupantes de cargos no Tribunal de Contas do Estado, no Ministério Público e no Tribunal de Justiça, isto porquê, dentre eles, sempre foram atingidos por tais benefícios, apadrinhados de membros integrantes desta Casa.

Todos os setores da administração pública do Estado e de outros poderes têm carreiras de cargos definidas, fixando critérios de promoção e ascensão, que motivam e incentivam seus funcionários ao aperfeiçoamento e cumprimento de suas obrigações. Esta Casa, através de resolu-

ção, também estabeleceu tais critérios. Somente não os implementou, retirando, cada vez mais, conquistas anteriores de seus servidores e os desestimulando e desvalorizando.

Em todos os poderes do Estado, os funcionários, ao longo de suas carreiras, onde sejam aplicadas regras de dedicação e capacitação, atingem o cume desejado.

Verifica-se isto nos Tribunais de Justiça e de Contas, entre outros. Por que aqui isto não é possível?

A presente medida, se aprovada por este Plenário, estará ceifando a oportunidade de que leais, dedicados e competentes funcionários atinjam o desiderato para o qual se dedicaram ao longo de suas vidas e carreiras.

Sabemos que, dentre os procuradores já aposentados, há outras informações de promoções sem o respeito aos critérios que a Casa tem estabelecido, e eu tenho certeza que não é o trabalho da Comissão presidida por Vossa Excelência, mas também tivemos a denúncia de que um determinado cidadão que não conseguiu se reeleger à Câmara de Curitiba tinha sido nomeado, tinha sido premiado com a imediata aposentadoria. Isso precisa ser esclarecido, tenho certeza que não é o trabalho de Vossa Excelência.

Entre os atuais promovidos no cargo, um há, aliás, cuja nomeação se encontra "sub-judice", através da medida onde se discute a validade.

Ainda na análise da emenda: verifica-se que a mesma transforma dois cargos de consultor técnico das comissões em dois cargos de consultor técnico orçamentário e, segundo consta, com seu preenchimento já orientado e definido. A presente emenda, em seu bojo, regulamenta a forma de preenchimento das vagas de procurador e de técnicos orçamentários, mas falha ao não regulamentar, estranhamente, a forma de ascensão às duas vagas remanescentes de consultor técnico das comissões (cujos vencimentos e vantagens são indênticos aos dos procuradores).

Por quê? É outra pergunta que precisa ser respondida.

Finalizando, solicito ao Plenário desta Casa a mais profunda e detida reflexão sobre tudo que aqui foi dito, para que não pratiquemos ignóbil injustiça contra servidores que aqui, diariamente, colaboram conosco no desenvolvimento das atribuições que nos foram conferidas através do mandato popular.

A Assembléia não pode e nem deve prescindir da competência, da lealdade e da dedicação destes servidores. Na pior das hipóteses, que se posicione o Plenário pelo adiamento da votação da presente proposição, pois, conforme prática anterior adotada pela Mesa Executiva, a mesma pode-

rá ser convertida em novo Projeto de Resolução, para que a Mesa, após elaborar relatório elucidativo dos números da administração desta Casa, tais como: número de funcionários efetivos, suas situações funcionais, cargos, lotações, planos de carreira, mapas de frequência, idem de relação ao quadro celetista e dos ocupantes de cargos de direção e assessoria superior (DAS) da administração, que segundo, consta, na sua grande maioria são ocupados por servidores aposentados, quase todos como procuradores ou cargos a eles assemelhados, o que permitirá a este plenário votar efetivamente convencido da justiça da intenção moralizadora da presente medida.

Em cima dessas questões, Excelência, gostaria até de passar como sugestão à Mesa de que esses fatos sejam esclarecidos e que não permitíssemos mais que a Casa fosse atingida, que a Casa fosse atacada muitas vezes por pessoas que vivem diariamente e que não justifica tal iniciativa.

Agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência e até encaminhamento ao Plenário, caso este projeto não seja retirado para uma melhor análise, que eu terei que votar contra e acredito que a maioria dos Senhores Deputados assim o fará porque essas questões levantadas nos preocupam como Parlamentar do Estado do Paraná e não queremos ver mais a cada dia esse Poder sendo atingido por falação que não se comprovam nunca.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Eu não conhecia essa faceta de "dedo-duro" de Vossa Excelência em todo o caso eu recebo as suas palavras como mais um estímulo para continuar a proporcionar condições para que a Assembléia funcione.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Embora eu reconheça o direito de iniciativa da Comissão Executiva em apresentar proposições que visem normalizar o funcionamento deste Poder, embora eu reconheça a responsabilidade que cai sobre os ombros da Comissão Executiva, tal seja a de equilibrar a receita com as despesas do Poder Legislativo, embora eu reconheça todos os méritos que contém a Emenda apresentada pela Comissão Executiva, eu não poderei votar favoravelmente à mesma porque ela cerceia o direito de funcionários que durante toda uma existência estão trabalhando neste Poder. Porque se existem aqueles que passaram ao largo da lei, passaram ao largo do Regimento Interno desta Casa e obtiveram a promoção de forma irregular para o cargo de procurador; existem

também aqueles que dedicaram toda uma existência a serviço do Poder Legislativo e que estão esperando, Senhor Presidente, ansiosamente, por essa promoção que virá coroar-lhes os esforços dispendidos em favor deste Legislativo por toda uma existência.

Por essa razão, Senhor Presidente, eu votarei contrariamente à proposição.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Confesso que fiquei preocupado. Na sessão anterior nós pedimos a V.Exa. algumas informações sobre o número de procuradores e V.Exa. informou, se não estou equivocado, em torno de quarenta e poucos aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Setenta e oito.

O SR. ERNANI PUDELL - ... Agora já são setenta e oito. Parece-me que pelo nível de vencimentos desses funcionários que deve ser bastante elevado. V. Exa. poderia me prestar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um milhão e seiscentos e trinta com o redutor.

O SR. ERNANI PUDELL - Olha, um milhão e seiscentos e trinta com redutor, setenta e oito e etc. aposentados, mais outro tanto que estão na ativa, mas a grande maioria não trabalha, eu creio que o Poder Legislativo do Paraná inaugura uma nova modalidade: nós ao invés do "trem da alegria" nós vamos ter agora o "transatlântico da alegria" é possível até que reunindo cidadãos dá até para fretar um transatlântico e gozar prazerosamente a vida nos mares do Caribe.

O projeto de V.Exa., não podemos deixar de afirmar aqui, na sua idéia, pelo menos aquela que nos foi passada, nos seduz, porque nos parece correta em princípio, que a Assembleia Legislativa através da Mesa tome providência no sentido de pelo menos eliminar boa parte desses "marajás" ou pelo menos se não podemos eliminar os erros cometidos no passado, que procuramos então racionalizar, diminuir e evitar a existência de mais "marajás" para o futuro.

O que é mais grave ainda, o nível de vencimentos desses funcionários contrasta frontalmente com absoluta inexistência de um corpo técnico qualificado para prestar assessoria a esta Casa nas suas funções mais elevadas e constitucionais que são exatamente a capacidade de elaboração, análise e acompanhamento do orçamento do

Estado e da fiscalização dos atos do governo estadual.

Então, nesse sentido a idéia nos agrada. Agora eu quero lembrar a V.Exa. que do posicionamento do Deputado Paulo Maia, duas questões nos assolaram. A primeira é aquela que nós já havíamos levantado, embora sem um conhecimento profundo do Regimento Interno, mas levantamos a necessidade do projeto ir às comissões para que exatamente nas comissões sobressaíssem as opiniões divergentes eventualmente ou as interpretações divergentes sobre a natureza do projeto.

Segunda questão, nos preocupou sobremaneira que segundo colocou o Deputado Paulo Maia a forma como está colocado o projeto, embora nós vamos acabar pela interpretação que foi dada ao projeto, nós vamos acabar penalizando exatamente aquela pequena minoria que recebe seus vencimentos, é Procurador da Assembleia, mas desenvolve o seu trabalho, que nós sabemos são poucos, são três, foi dito aqui, apenas três, mas que esses três tem que ser preservados, porque eles trabalham, nos parece, foram zelosos da sua função, então não podemos prejudicá-los e eu quero lembrar também a V.Exa., Senhor Presidente, que no início da Legislatura, a bancada do PT fez um requerimento para a Assembleia, solicitando uma relação completa de todos os funcionários da Assembleia a forma de admissão, se foi por contratação, se são celetistas, funcionários públicos estatutários, aonde estão lotados, quanto ganham, quais foram as promoções, fizemos um requerimento dessa natureza, um requerimento que está perfeitamente adequado aos princípios da publicidade da administração pública, da qual nós devemos zelar e dar o exemplo do cumprimento, está perfeitamente adequada aos princípios da moralidade e nós de posse dessas informações teríamos hoje condições seguras de tomar uma decisão, doa a quem doer, mas uma decisão compatível com os princípios, principalmente da moralidade e da racionalidade na administração pública.

Então, eu quero fazer um apelo, Senhor Presidente, até para que não nos vejamos na contingência de ter que votar eventualmente desfavoravelmente ao projeto e cometer inclusive uma injustiça, porque talvez o projeto seja efetivamente bom como nos pareceu pela primeira impressão que tivemos, então eu peço a V.Exa. que a Mesa retirasse da Ordem do Dia esse projeto neste momento, talvez enviasse-o à Comissão de Finanças e a CCJ como determina o Regimento Interno, me parece foi a proposição do Deputado Paulo Maia e principalmente que a Mesa nos fornecesse as informações necessárias para que nós pudéssemos avaliar a situação real de todo quadro de funciona-

lismo da Assembléia.

Existe, Senhor Presidente, da última sessão até aqui muitos foram os boatos, muitas mensagens informações contraditórias, nós estamos percebendo que estamos colocando o dedo na ferida, agora nós precisamos, Senhor Presidente, a máxima cautela. Eu acredito que se V.Exa. dividir as informações que detém hoje da Comissão Executiva da Assembléia, se ela dividir com os Senhores Deputados essa informação, o arrazoado desse projeto, as razões desse projeto, V.Exa. ganhará certamente, a Mesa se somará, muitos outros Deputados para defender o Projeto. Agora, é fundamental, Senhor Presidente, que num projeto desta natureza, desta importância, que nós estejamos plenamente municiados das informações necessárias para que tomemos a decisão que nos parece mais acertada.

Era isto, Senhor Presidente, obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, além dos aspectos técnicos levantados pelo Deputado Paulo Maia, há de se analisar a questão principal da situação que é a questão de justiça. A alegação da Mesa de que nós temos 78 procuradores aposentados e somente 13 em pleno exercício das funções e que destes 13, somente 3 aqui comparecem, não me parece um argumento convincente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa não alegou isto.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Não me parece um argumento convincente. Primeiro, se formos analisar o número de aposentados, de Conselheiros do Tribunal de Contas, haveremos de notar que maiores são os aposentados do que em pleno exercício de suas funções, em número de 7. Se formos analisar o número de desembargadores em pleno exercício de suas funções, ou seja, na ativa, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, haveremos de entender que os aposentados serão em número bem maiores. Isto é natural, é evidente, porque trata-se da ordem cronológica do tempo, que nós homens jamais poderemos mudar. Portanto, o argumento não convence. O argumento de que nós precisamos reduzir o número de Procuradores: não quero aqui analisar a questão se precisa 8, se precisa 9, 15 ou 20. Eu acho que este Plenário e esta Comissão Executiva é extremamente sábia para num momento oportuno e na hora aprazada estabelecer o número exato de procuradores que a Assembléia necessita. Quanto ao aspecto da injustiça, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de que muitos funcionários que hoje estão à beira de serem promovidos ao cargo de Procurador, entraram nesta Casa como ascensorista, galgaram passo a passo

para atingir os degraus na carreira de funcionalismo público desta Casa. E agora, quando chega o momento de chegar ao topo da carreira vê a sua ambição ceifada por um projeto de resolução, oriundo da Comissão Executiva. Vamos mais além, Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados, e o momento é para que se tome cuidado para que não se cometa injustiça nesta Casa. Haverá, pelos critérios desta Emenda, uma inversão de valores. O funcionário que entrou aqui no começo da carreira não será premiado chegando ao topo da carreira e será premiado sim os que passarem em concurso público elaborado por esta Casa. Ora, teremos aí um exemplo de inversão de valores aqui nesta Casa, que é uma Casa onde se deve fazer justiça. Teremos procuradores sem um dia de vida funcional nesta Casa, que hierarquicamente serão maiores que os outros funcionários que tiveram uma vida toda de dedicação, de trabalho a esta Assembléia Legislativa. Se tem funcionários que aqui não comparecem, não quero saber. Mas esta Casa funciona há algumas dezenas de anos e funciona muito bem. Aqui temos as taquígrafas, aqui temos o nosso pessoal de Assessoria Legislativa, aqui temos as Comissões funcionando. Alguém tem que trabalhar para esta Casa funcionar, porque ela não anda sozinha como um passe de mágica. Portanto, temos funcionários que trabalham, que dedicam a sua vida, que fizeram desta Assembléia a extensão desta Casa e eles devem ser respeitados.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou aqui em defesa da justiça, não em defesa propriamente dos interesses dos funcionários, porque confesso que o Presidente desta Casa sempre teve os votos do funcionário, eu talvez não tenha tido. Mas acho que o momento é de se fazer justiça.

Portanto, Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados, eu faço um apelo nesta tarde de que V.Exa. e os Exmos. Senhores 1º e 2º Secretários retirem esta Emenda para que possamos analisar com mais vagar, para que nós possamos com a cabeça tranqüila ser a extensão da justiça que se pode ser feita. Este é o apelo para que se retire e que nós voltemos a apreciar um projeto de resolução numa nova oportunidade, mas que injustiça não seja feita.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, eu apenas serei objetivo. Nós não acompanhamos a 1a. e 2a. votações, estávamos ausentes desta Casa atendendo a nossa região e cumprindo com a nossa função parlamentar. Mas ao deparar hoje com esta Emenda e que senti entre os Senhores Deputados uma divisão e, ao mesmo tempo, uma dúvida dos Senhores Deputados com relação a esta Emenda. Eu gostaria de

fazer um apelo a V.Exa., a quem admiro muito e respeito V.Exa. como Presidente deste Poder Legislativo, a qual eu pertencço, um apelo ao Sr. 1º Secretário e ao Sr. 2º Secretário, assim como já fez o Deputado Tadeu Lúcio Machado, assim como já fez o Deputado do PT, o nosso companheiro Ernani Pudell, e assim como já fez o Deputado Paulo Maia.

Eu faria um apelo a V.Exa., uma vez que V.Exa. tem o espírito democrático, acima de tudo, de que fizesse a retirada desta Emenda pelo menos por umas 5 ou 10 sessões e que depois nós analisássemos com carinho para que não prejudicasse a decisão da Mesa e evidentemente os funcionários. Esse é o apelo que eu faço a V.Exa. em nome da Bancada do PST.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós solicitamos não a retirada da Emenda, mas a retirada do Projeto da Ordem do Dia, podendo retornar em seguida assim que houvesse tempo para o "borbulho das ondas" e que a gente pudesse tomar a pé realmente da situação e ter as informações que requeremos a V.Exa. para fazer o julgamento. Então. Não foi pedido de retirada da Emenda da nossa Bancada, mas sim o Projeto da Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO COSTENARO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente nós ficamos numa preocupação muito grande com esta Emenda. Na verdade não temos conhecimento da questão e sabemos também que a Mesa Executiva tem a nossa confiança e a competência para resolver essas questões. Mas ao ver alguns elementos destes que aqui trabalham, que prestam serviço extraordinário, ao vê-los aborrecidos, impacientes, agonizando em sofrimento, de ver a oportunidade da sua promoção acontecer, e realmente nos leva a uma preocupação muito grande.

Portanto, Senhor Presidente, nós gostaríamos também somar aqueles que querem a retirada desta Emenda para um estudo mais profundo, para que os Parlamentares tenham um conhecimento profundo desta decisão para poder nos dar o nosso apoio, ou então para solucionar principalmente as causas que nos angustiam neste momento.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós entendemos que a iniciativa da Mesa Executiva é por demais louvável a partir do momento em que busca neste Poder Legislativo normatizar assuntos que há muito tempo vem se tornando e se apresentando como polêmicos nesta Casa, e como frutos, muitas vezes até de discussões e de indagações por parte de parlamentares e da

opinião pública.

Nós entendemos também Senhor Presidente, que dado à manifestação não só dos servidores que ao longo de praticamente toda a sua vida funcional nesta Casa, aguardavam o momento e a oportunidade para atingindo o topo da sua carreira, usufruir desse benefício que era de seu direito e de seu merecimento. Entendendo as manifestações de diversos parlamentares, como o Deputado Antônio Annibelli, Deputado Tadeu Lúcio Machado que já foram Presidente e 1º Secretário desta Casa, de que o assunto merece, da parte de todos nós parlamentares, uma discussão mais aprofundada, não que o assunto não seja merecedor de uma discussão neste parlamento, mas que se precisa esclarecer ainda mais os Srs. Parlamentares para que possamos encontrar o caminho que todos nós queremos para a moralização da coisa pública e da justiça àqueles que trabalham.

Nós entendemos que para corrigir uma distorção, não é justo que venhamos a praticar injustiças e pela fala dos Srs. Parlamentares, pela manifestação dos parlamentares que nos antecederam, denota-se que injustiças serão praticadas contra este ou aquele servidor.

Entendemos que se existem servidores que não são merecedores desse benefício, no entanto existem outros que estão merecendo e aguardando esse benefício e nesse parlamento não é novidade nós adiarmos a votação de um determinado assunto.

Ainda na última quinta-feira, Vossa Excelência determinou o adiamento da proposta do Deputado Algaci Túlio. Nesse sentido, para que possamos nos aprofundar e não praticarmos nenhuma injustiça, Sr. Presidente, nós apelamos ao bom senso, à boa vontade de Vossa Excelência, do Deputado João Arruda, do Deputado Traiano, autores dessa proposta, no sentido de que adiemos a votação dessa matéria por umas cinco sessões, até que possamos encontrar realmente um caminho que seja de justiça e de moralidade para esse Poder.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro à Mesa para que transfira a emenda, que crie um projeto à parte para que seja analisado pelos Srs. Deputados como forma de projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência encaminhe o requerimento por escrito.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar) Sr. Presidente, a consulta aos Deputados da Bancada do PDT, à Deputada Belinati, ao Deputado Algaci, ao Deputado Silvestri, ao Deputado Corazza, nos leva a recomendar à

Assembléia a votação pelos direitos trabalhistas, no sentido de que se evite a injustiça contra as pessoas que efetivamente trabalham.

Agora, nós não ouvimos, Sr. Presidente, de todas as vozes que se levantaram neste Plenário, não ouvimos nenhum encaminhamento em favor da emenda dita de Plenário, de interesse da Mesa.

Então, ou se faz o que solicitou o Deputado Pudell, um adiamento dessa discussão e o que solicitou o Deputado Neivo, uma separação dos "alhos dos bugalhos", ou seja, do teor do projeto que estamos votando, do teor da Mesa, nos termos do requerimento do Deputado Annibelli, ou então, Sua Excelência ainda antes que votemos, designe um Deputado, membro da Mesa, ou mesmo Sua Excelência para explicar à Casa o teor da Emenda ou o motivo pelo qual ela se propõe ao Plenário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência Deputado, me perdoe, mas está confundindo "alhos com bugalhos". Não tem nenhuma questão trabalhista nesse sentido. A Assembléia, a Mesa, está procurando, através de um estudo apurado, melhorar o serviço da Assembléia. Agora, se o Plenário não quer, o Plenário que vote contra.

O SR. BASILIO ZANUSSO - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, após ouvir vários oradores, Líderes de Bancadas se manifestando acerca da proposição, eu acho que mais movido com as palavras do Deputado Rafael Greca quando fala da preocupação com injustiças que se possa fazer, é isto que me levou a fazer esse aparte rapidamente. É por isso que vou dizer o que penso, e, aliás, a Casa sabe o que penso sobre os Funcionários da Assembléia Legislativa. Fui Secretário da Casa e em algumas oportunidades me indispus até em função de algumas iniciativas tomadas na ocasião.

Por que essa reação dos Parlamentares acerca da proposição da Mesa? Porque vai, como disse o Deputado Erondy Silvério - impedir que alguns Advogados, que estejam bem próximos de sua promoção de Procurador, votada a Emenda, fiquem definitivamente impedidos desta promoção. É essa promoção que é almejada. Porque vejam, a diferença entre os vencimentos de Advogado é muito grande a do Procurador, já que estou sabendo que o vencimento é da ordem de 1 milhão e 630 mil cruzeiros. Eu também, longe de mim, promover injustiça contra aqueles que aqui trabalham e convivem comigo há cerca de 20 anos. Tenho grandes amigos funcionários desta Casa que os prezo e os tenho como de minha família, já

que aqui é minha Casa.

Agora, Senhor Presidente, e disse o Deputado Rafael Greca que não ouviu uma palavra a favor da iniciativa da Mesa.

A iniciativa da Mesa, quero crer, deve coincidir com os discursos de informações necessárias aos Senhores Deputados, aos Líderes de Bancadas para que eles conheçam realmente os quadros da Casa, como é que ela funciona, para dizer o número de Comissões Técnicas que esta Casa tem, desnecessárias. Há muitos anos, quantas Coordenadorias nós temos. Quantos cargos DAS temos; cinco, quatro; três ... são necessários? Treze Procuradores? Quem é que está procurando aí? Quantos são necessários. E Procurador o que eu entendo é que seja um profissional de alto conhecimento, de alta qualificação para exercer, já que é um cargo mais importante do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Quem são esses funcionários? Estão eles qualificados a esse nível? Mas não é hoje, desde que se criou essa Procuradoria e as famosas Coordenadorias, mas esta é uma Casa política, não é uma casa de santos ... Mas também tocou-se na ferida, mexeu-se na ferida.

Talvez, Senhor Presidente, para concluir, será uma oportunidade para que a Mesa informe aos Senhores Líderes de bancadas ou se possível aos Deputados qual o real quadro da Assembléia Legislativa. Por que? Porque o dinheiro pago a nós Deputados e Funcionários é o dinheiro do povo. E isto em uma hora difícil, de juro altíssimos e não tem quem possa pagá-los no comércio, na indústria e principalmente na agricultura. O dinheiro não vem do céu. E esta não é uma preocupação que é só da Mesa Executiva, mas de todos nós. Agora, é desgastante! Muito desgastante! Preterir quem está trabalhando na expectativa de subir, gente que convive conosco, que almeja e que considera direito seu, de repente, se ver cerceado a essa pretensão que é até justa. Mas eu queria, apenas, Senhor Presidente, que talvez fosse essa a oportunidade para se examinar e adequar a lei da Assembléia Legislativa a suas reais necessidades com mínimo de despesa e, se possível, não cometer injustiças com pessoas que vivem aqui repito conosco tantos anos.

Mas ficar como está Senhor Presidente, é que não pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa antes de submeter a votos os Requerimentos quer informar ...

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós vamos retirar o nosso Requerimento de pedido de adiamento da votação do Projeto e a sua Emenda, em favor do Requerimento do Deputado Neivo Beral-

din, que nos parece ser o mais correto nesse momento para a solução da questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer informar aos Senhores Deputados, que não tem prevenção nenhuma contra os funcionários que pleiteiam a Procuradoria da Assembléia. Apenas lembra que o Cargo de Procurador de acordo com a Lei que reformou o sistema administrativo da Assembléia é por concurso público, e a Constituição exige isso.

Posso afirmar a Vossa Excelência que enquanto eu for Presidente, se esse Projeto não passar, nós não vamos nomear ninguém como Procurador, a não ser com concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Neivo Beraldin, requer que se transforme a Emenda do Projeto de Resolução n. 68/91, em Projeto separado.

O Deputado Antônio Annibelli, requer o adiamento por 10 sessões. A Mesa opina pelo deferimento se for o caso, quero que vote hoje, mas parece que o Plenário está sob a influência dos funcionários desta Casa. Opinará pelo Requerimento do Deputado Neivo Beraldin. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Neivo Beraldin. Aprovado. O projeto será transformado em Projeto de Lei a parte.

O Projeto está aprovado em 2ª Discussão, irá à Redação Final.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti e Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução n. 68/91. Prejudicado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - O meu Requerimento foi prejudicado em função ... o meu deu entrada em primeiro lugar mas foi prejudicado em função da omissão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu anunciei isso antes.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Nós vamos votar o Projeto sem a Emenda. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - o Projeto já estava votado em 2ª, só a Emenda submetida a voto, de acordo com o avulso.

O SR. ERNANI PUDELL - De qualquer forma

então, Senhor Presidente, tendo em vista, inclusive que o bojo do Projeto de Resolução 68/91, não mais consta a Emenda que nós entendíamos o mérito em princípio boa, e que nós concordávamos, ficando só o Projeto de Resolução que trata do reajuste das pensões, e tendo em vista o esclarecimento que Vossa Excelência prestou, que o referido Projeto de Resolução versa apenas aos pensionistas e demais beneficiários do extinto FEPPA, nós queremos registrar então, o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não pelo reajuste em si, mas por uma questão de coerência, que nós entendemos que o pagamento pela Assembléia desse Fundo é Inconstitucional, conforme a ação que a Bancada ajuizou já perante a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa também aos Senhores Deputados, que nós não temos um funcionário na Assembléia, que entenda de Orçamento nós fringimos a criação de dois cargos técnicos em Orçamento, mas já o Plenário decidiu o contrário, paciência.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu queria encaminhar Senhor Presidente. Para reafirmar como relator do orçamento desse ano, que tinha ficado até surpreendido favoravelmente por essa colocação dos dois técnicos, que são de fato necessários, que tinha ficado até surpreendido favoravelmente por essa colocação dos dois técnicos, que são de fato necessários, porque essa Assembléia de fato não possui assessoria que possa ser dada a qualquer Deputado, para que ele possa então fazer um estudo adequado ao Orçamento encaminhado por esta Casa.

O Poder Executivo, possui um tempo muito grande, possui técnicos competentes que encaminham Orçamento nesta Casa, na hora de fazer o relato, nós temos a dificuldade muito grande nós achamos inclusive muito bom, que esses dois técnicos em Orçamento, fossem aprovados por esta Casa.

O SR. ERNANI PUDELL - Só um esclarecimento, Senhor Presidente, eu entendi pela exposição de Vossa Excelência que aparentemente, nós perdemos a oportunidade de fazermos uma mudança, uma reforma importante para a Assembléia.

Eu quando concordei, nós concordamos com o Requerimento do Deputado Neivo, já estamos imaginando que pela necessidade urgente, que Vossa Excelência até aí no máximo 5ª feira, dessa semana já colocaria novamente esse Projeto de Resolução em separado já em 1ª votação, para que nós pudessemos aprovar até o recesso Parlamentar desse ano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou

encaminhar este Projeto de Resolução à Comissão de Justiça e à Comissão de Finanças.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, eu ouvi bem as palavras do Deputado 2º Vice-Presidente desta Casa, Dr. Heinz Herwig, que sente a necessidade de dois técnicos para o Orçamento desta Casa. Eu acho que dois técnicos, para 54 Deputado é muito pouco. A não ser que todos os 52 Deputados sejam incompetentes.

Eu acho que a Assembléia dispõe de mais de 400 vagas, que estão abertas. Não se faz um concurso público nesta Casa, a não ser para a Taquigrafia, há mais de 20 anos. O que existe é que os técnicos bons que tinha nesta Casa, e o "Antoninho" do orçamento, que foi assessor da Presidência da República, saiu desta Casa pelo baixo salário que ganhava. E foi para todos os outros lugares. Era técnico da Secretaria da Fazenda e da Presidência da República. A Assembléia sempre teve excelentes funcionários.

Eu tenho um Projeto apresentado a esta Casa há mais de trinta dias. Fui cobrado pelos funcionários. O salário maior de um advogado, no nível superior, é de Cr\$ 150.000,00. Este Projeto está há 30 dias guardado não sei aonde. Então, eu acho que a par destas discussões, ao lado do PT, de todas as Lideranças que aqui se pronunciaram, seria importante nós vermos até a posição dos nossos motoristas, que viajam dia e noite, nos conduzindo e muitas vezes conosco dormindo no banco traseiro de um carro ganhando 20 cruzeiros por mês, de diária. Vinte cruzeiros! Vinte cruzeiros, com os quais você não compra uma bala! E vemos os motoristas do Governo, dos Secretários, do Governador, ganhando diárias de 8 a 10 mil cruzeiros por dia. Então, vamos começar pelo motorista, pelo garçom, pelo ascensorista, pelo advogado! Por todos os funcionários desta Casa. Pelos taquígrafos, pelos que nos servem aqui. Vamos fazer! Eu sou Procurador da Assembléia e é o quadro de mais dignidade que existiu dentro desta Casa. Entraram Deputados pelas "portas dos fundos", nas Procuradorias. Mas, não foi com o meu voto e nem com o voto dos Senhores que aqui estão, e que não prestaram concurso! Existem Deputados, e se formos falar, até pai de Deputado do PT, que é o que ganha o maior salário, nesta Casa.

Então, se eu vou começar a falar, eu acho que nós tínhamos que nos restringir ...

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de que o Deputado Annibelli declinasse o nome, quem é o pai do Deputado ...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Vida Vanhoni, ex-Presidente desta Casa.

Não prestou concurso. É procurador. É o que ganha mais. E ganhou na justiça. É o maior salário desta Casa!

Senhor Presidente, eu acho que se for para "lavar roupa suja", vamos "lavar e pendurar" aqui no Plenário. Agora, vamos fazer justiça a alguns funcionários. A Assembléia tinha 700 funcionários. Hoje, não tem mais cem funcionários. Por que esta República existe deste 1946, o regime constitucional desta Assembléia. São funcionários que já morreram. Morreram à míngua, não tendo dinheiro para pagar o caixão de defunto, Senhores Deputados!

E eu quero fazer um apelo ao Senhor, a pedido do Padre Gustavo: para nós fazermos uma lista para brindarmos as quarenta e oito serventes, que ganham de uma firma que explora o serviço de limpeza dos gabinetes de Vossas Excelências, de todos nós, para darmos dez cruzeiros cada um. E eu espero que o PT concorde. Dez cruzeiros para nós darmos uma cesta de Natal para que elas não passem com fome, junto de seus filhos, o Natal e o Ano Novo, Senhores Deputados. Assim nós vamos fazer justiça! Não é fazendo demagogia. Fazendo "trem da alegria", que esta Casa passa fome! Os funcionários desta Assembléia são os que ganham menos no Estado do Paraná! Os níveis superiores do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Governo, o DAS desta Casa é inferior a todos os do Estado. Não existe vale-transporte. Não existe vale-alimentação. Não existe creche. Não existe nada em favor dos nossos funcionários! Chega de demagogia! Vamos fazer um Projeto amplo, que reforme e preencha as trezentas vagas desta Casa. Não com um salário de CLT, de um "G", que nos assessora. Nós temos dez "G" que somam cem mil cruzeiros. Quando os Deputados Federais têm 2 milhões e setecentos para remunerar seus funcionários.

Aí, Senhor Presidente e nobre Comissão Executiva, eu serei o primeiro a defender o Projeto. Mas, que passe pelos Deputados, pelas Lideranças, pelas Comissões. Tenhamos um denominador comum em favor de todos nós. E não a miséria e a vergonha que representam os meus queridos companheiros, colegas funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Apenas uma retificação ao Deputado Antônio Annibelli: o funcionário "Antoninho", que é conhecido por "Antoninho do orçamento", é funcionário aposentado da Assembléia.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 487/91, autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM n. 105/91, aprova um crédito suple-

mentar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública aprovado pela Lei n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I desta Lei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 084/91, de autoria do Deputado ALGACI TÓLIO, altera dispositivos da Lei Estadual n. 7.777, de 13 de dezembro de 1983, que trata da gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. ANEXO - PROJETO DE LEI N° 110/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA. (Public. no DA. n. 22 de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 84/91

P A R E C E R:

Refere-se a Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado ALGACI TÓLIO, objetivando alterar dispositivos da Lei Estadual n. 7.777 de 13 de dezembro de 1983, que trata de gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, IPE.

Analisado sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, concluímos por sua viabilidade, uma vez que trata-se de regulamentar situação discriminatória e prejudicial ao beneficiário pensionista, que não repercutirá em dispêndio financeiro pelo estado, que terá sua fonte de custeio na contribuição previdenciária, sanando-se assim um erro que vem sendo reiteradamente reconhecido, pelo poder judiciário.

É o parecer, favorável pela regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 84/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 084/91, de autoria do Nobre Deputado ALGACI TÓLIO, propõe alterar dispositivos da Lei Estadual n. 7.777/83, que trata de gratificação especial concedida aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

É certo, ressalta a iniciativa parlamentar, a Proposição ensejará que os pensionistas do Estado se integrem àquelas categorias que percebem, gratificação

equivalente a 13º salário como, aliás, o Poder Judiciário se pronunciou em repetidos Acórdãos lavrados em sua mais Alta Corte no Estado.

Como se apresenta, o Plano mere e o amplo acolhimento desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... Requeiro verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se, Senhores Deputados que rejeitam o Projeto queiram levantar-se. Vinte e dois a vinte.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que cria no Estado do Paraná, Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada Serra da Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no DA n° 63, de 04.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 217/91

P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para análise, o Projeto de Lei n° 217/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, dispondo sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada "Serra da Esperança".

Buscando dotar a matéria da adequada análise técnica especializada, esta Comissão remeteu a matéria ao ITCF, que em seu pronunciamento corroborou com a iniciativa.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõem os incisos VI e VII do art. 12 da Constituição Estadual. Também o art. 207 da Magna Carta Estadual oferece esteio à iniciativa.

Neste sentido, concluímos pela juridicidade do Projeto de Lei n° 217/91.

Uma única observação a ser feita relaciona-se ao prazo para a delimitação da área previsto no art. 2º da propositura. Este prazo, segundo opina o próprio Presidente do ITCF, é aconselhável seja mais dilatado.

Oferecemos, desta forma, Emenda Modi-

ficativa do Art. 2º do Projeto de Lei nº 217/91, alterando para 180 (cento e oitenta dias) o prazo de 90 (noventa) dias nele previsto.

Procedida a alteração supra e mediante a constatada juridicidade da matéria, manifestamos nosso parecer favorável à sua aprovação, dando-o em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 217/91

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica versa sobre o Projeto de Lei nº 217/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que cria Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral da Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada "Serra da Esperança".

Contextualizando historicamente a questão, vemos que as primeiras providências relacionadas com a questão ecológica/ambiental datam da época do Império, e mais precisamente do ano de 1825, quando foi proibido a particulares o corte de essências nativas tais como pau-brasil, peroba, imbuías, etc.

Mais tarde, em 1827, foi delegado aos juizes de paz das províncias a fiscalização das matas, cabendo-lhes interditar o corte de madeira para contrução em geral, razão pela qual passaram a ser denominadas "madeiras de lei".

Assim, licenças para corte de árvores (madeiras de lei), somente eram concedidas pelas Câmaras Municipais, onde sendo precedidas das averiguações necessárias.

Em 1829, ampliou-se a competência das Câmaras, pois coube-lhes também a responsabilidade quanto a proibição de roçadas e derrubadas de matas em terras devolutas, cuja legislação precedia da época colonial. Deste modo, pode-se verificar que a preservação do meio ambiente era objeto de preocupação dos governantes, mesmo quando os conhecimentos sobre os efeitos da devastação florestal eram rudimentares e que a legislação, como consequência, resultava apenas do bom senso dos mesmos.

Atualmente, quando o avanço da ciência e da tecnologia sobre a questão ambiental são fruto das pesquisas de altíssimo nível, pelo fato de ser assunto que preocupa a comunidade internacional não se justifica que as recomendações dos pesquisadores não seja acompanhada por legislação compatível que a ampare, demonstrando, por outro lado, a sensibilidade e conscientiza-

ção da classe política.

A criação de Áreas de Proteção Ambiental e sua preservação, entre outras coisas irá possibilitar manter as características originais de um determinado ecotipo, onde o conjunto de formações rochosas, florestais, espécies de fauna e demais componentes ambientais demonstram nitidamente uma divisa entre dois ou mais espaço distintos, assegurando a sua identidade.

Definida como "Unidade de Conservação", destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais, a Área de Preservação Ambiental - APA, projeto do Deputado Cezar Silvestri, vem de encontro à vontade popular, no momento em que se encontra em discussão a Lei Ambiental.

Pelo exposto, e considerando o mérito do projeto apresentado, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.11.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/91, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado EGON PUDELL, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. (Publ. no DA nº 116, de 17.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 416/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei atende perfeitamente a todos os aspectos constitucionais, legais e regimentais, e ainda, considerando que a homenagem que o autor pretende prestar ao ilustre Deputado Egon Pudell, é das mais justas e oportunas, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista que o projeto trata da concessão de título de cidadão honorário ao meu tio, eu me declaro impedido para votar esta matéria.

Não por discordar da concessão, obviamente, mas pelos laços sanguíneos que nos unem.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em discussão. Em votação.
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 102/91), autoriza o Poder Executivo, nos termos do Art. 10 da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no DA nº 139, de 24.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 484/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 102/91, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição do Estado, a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado que específica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável, opinando pela apreciação da matéria em plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 484/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 484/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 102/91, de 17.10.91, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado situado na Avenida Manoel Ribas, daquele município, constituído de um terreno urbano com benfeitorias, especificados no referido projeto.

O imóvel será destinado, com exclusividade, para desenvolvimento de atividades ligadas diretamente aos interesses da Administração Pública daquele município. A

cessão vigorará até 31/12/94, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Esta Comissão considera regular a referida cessão, nada impedindo para que o Projeto de Lei nº 484/91, seja apreciado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSÉ ALVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 106/91), aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com órgãos federais para a fonte 82 - Convênios com órgãos não federais ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no DA nº 139, de 24.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 488/91

P A R E C E R:

Por meio da Mensagem nº 106/91, o Excelentíssimo Sr. Governador envia a esta Casa projeto de crédito suplementar de dez milhões de cruzeiros (10.000.000,00), bem como proceder a conversão da fonte 81 - Convênio com Órgãos Federais, para a fonte 82 - Convênios com órgãos não Federais, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990.

Analisando a proposição, concluímos não haver dispositivo constitucional ou legal que possa conflitar com a normal tramitação e conseqüente aprovação da matéria pelo Plenário.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 488/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 106/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões

de cruzeiros) e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 488/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 106/91, objetiva a aprovação de um crédito suplementar no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), procedendo-se simultaneamente a conversão das fontes de renda que específica, ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o intuito de cobrir despesas com estagiários do programa PRÓ-EGRESSO.

Considerando-se que a iniciativa vai ao encontro do disposto pelo Art. 135, V, da Constituição Estadual, bem como a Lei Federal nº 4320/64, e a Lei Estadual nº 9494/90, que disciplinam a matéria, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera a redação do Art. 247 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 - (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no DA nº 146, de 06.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 502/91

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, que pretende alterar a redação do art. 247, da Lei nº

6174, de 16 de novembro de 1970. Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

A pretensão não encontra nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimetal.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 502/91

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, pretende alterar a redação do art. 247 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná).

Sobre a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável, visto sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões. - Aprovado.

Fica adiada, portanto, a discussão, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 502/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 503/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza do Poder Executivo a implementar mecanismos de Concessão de Afílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidos no território do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 146, de 06.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 503/91

P A R E C E R:

Através do Projeto de Lei que recebe o nº 503/91, o nobre Deputado Aníbal Khury, vem apresentar Proposta no sentido de autorizar o Poder Executivo a auxiliar e conceder incentivos a empresas no Estado do Paraná conforme especifica.

A presente iniciativa tem como objetivo minorar as dificuldades econômicas e sociais pelas quais o Brasil vem passando, por intermédio de um mecanismo de auxílio a ser estudado e regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, que, certamente, ajudará as empresas já instaladas, bem como criará atrativos para outras que virão aqui se instalar.

Tratando-se de uma Proposição autorizatória, não encontramos nenhum dispositivo constitucional ou legal que impeça a sua aprovação por parte dos nobres colegas deste Poder Legislativo.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 503/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Aníbal Khury, tem por finalidade autorizar auxílios e conceder incentivos a empresas no Estado do Paraná. O plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obteve a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a respeito do Projeto nº 503/91, queremos que registre o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Perfeitamente.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/91, de autoria do Deputado Rafael Gre-

ca de Macedo, declara de utilidade pública o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico - DIEESE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 146, de 06.11.91).

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 504/91

P A R E C E R:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

Pretende o ilustre Deputado Rafael Greca de Macedo, por intermédio do Projeto de Lei nº 504/91, declarar de Utilidade Pública o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

Em sua justificativa, argumenta o proponente, que o Departamento realiza estudos que abrangem as áreas de análise setoriais, análise de balanços de empresas, pesquisas sócio-econômicas, estudos salariais, mercado de trabalho, índice de custo de vida, subsídios para as campanhas salariais, além de promover cursos e seminários, boletins e publicações.

Sob o aspecto jurídico, a matéria encontra amparo no disposto da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, verificando-se inclusive a observância das exigências do mencionado diploma legal.

Concluimos, desta forma, pela legalidade do Projeto de Lei nº 504/91, manifestando nosso parecer favorável à sua tramitação normal neste Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, concede aos servidores efetivos ativos e inativos e aos servidores regidos pela CLT, do quadro pessoal da Procuradoria de Justiça, um abono de CR\$ 42.000,00 no mês de novembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 505/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Aos servidores efetivos ativos e inativos e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, do quadro de Pessoal da Procuradoria

Geral de Justiça, fica concedido, no mês de novembro de 1991, um abono previsto no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2º - O abono estabelecido nesta Lei não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores da Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.11.91.

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 505/91

P A R E C E R:

De autoria da douta Procuradoria Geral de Justiça, o Projeto de Lei nº 505/91, ora sendo examinado por esta Comissão visa conceder aos servidores efetivos, ativos e inativos e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria, um abono no mês de novembro de 1991, no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

O referido abono não influirá no cálculo do valor das gratificações adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores da Procuradoria Geral de Justiça.

A matéria ora em pauta, mereceu por parte da Comissão de Constituição e Justiça, após merecido estudo, parecer favorável.

O presente plano de lei, está devidamente instruído e consubstanciado pelo artigo 114, parágrafo segundo da Constituição Estadual.

Não tendo esta Comissão de Finanças, nada encontrado que pudesse inviabilizar o presente projeto ouapor obstáculos a sua normal tramitação e conseqüente aprovação, emite o seu parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 505/91

P A R E C E R:

Trata-se de proposta da Procuradoria Geral de Justiça, dentro do que determina a Constituição Estadual, impondo o pagamento de um abono, no mês de novembro de 1991, no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), abono este que não influirá no cálculo das gratificações,

adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores da Procuradoria Geral de Justiça.

Registre-se que este mesmo abono está sendo concedido ao funcionalismo do Estado, conforme determinação do Senhor Governador.

Opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 19.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 505/91

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 505/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Aos servidores ativos e inativos e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 1991, um abono previsto no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, em 25.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Rossoni, Lourenço Fregonse, Tadeu Lúcio Machado, Rafael Grêca de Macedo, Luiz Carlos Alborghetti e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Vale a justificativa apresentada à Emenda ao Projeto de Lei nº 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 115/91. Pois, os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

Em discussão.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Para encaminhar)

- Sr. Presidente, o projeto nº 505/91, item 1, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, concede aos servidores efetivos, ativos e inativos, aos servidores regidos pela CLT, quadro pessoal da Procuradoria um abono de Cr\$ 42.000,00 no mês de novembro, com Pareceres Favoráveis da Comissão de Justiça e Finanças, em Regime de Urgência.

Sr. Presidente, esse projeto, não só da Procuradoria da Justiça mas o Projeto nº 519, de autoria do Poder Executivo que reajusta em 42.000,00 o abono para novembro e tem os Pareceres das Comissões, não especifica, Sr. Presidente, Srs. Deputados apenas o mês de novembro. E é isso que nos causa estranheza, e é isso que nos faz,

com o apoio de vários Srs. Deputados, apresentar uma Emenda que diz que não só novembro mas também dezembro. Porque nós acreditamos que o Sr. Governador, um homem do povo, com a Bancada do PMBD, do PST e mais a Bancada Independente de apoio ao Governo, não deve acreditar que esta Casa vá aprovar um abono de 42.000,00 apenas no mês de novembro. E o mês de dezembro, Sr. Presidente? Será retirado os 42? Ou vão enganar os funcionários pagando o 13º e fazendo o coitadinho do funcionário, que já está passando fome, miséria e que pensou que o abono de 42 dava para comprar uma boneca para sua filha, ou um presente! Será que nós desta Casa, sensíveis como temos sido, iremos aprovar um projeto que rouba do funcionário 42 mil do mês de dezembro?

Eu acho que não.

Sr. Líder do Governo, Srs. Deputados, eu acredito que houve um erro, um erro de datilografia, um erro que passou despercebido pelas comissões, e que felizmente eu ainda com o apoio de alguns outros Deputados, nós podemos reparar este erro e que o possa, efetivamente, pagar no dia 20 dezembro, como tem reafirmado, o 13º aos funcionários. Ou talvez eu esteja enganado e queira Deus que assim o seja, que talvez, amanhã, no dia da greve dos funcionários públicos pelos salários que recebem e pelo que diz a "Gazeta do Povo" de ontem, anuncia que o Secretário da Administração estará anunciando o novo aumento do funcionalismo. Se por acaso este aumento for já para o mês de dezembro que eu acho que deve ser, nossa emenda aprovada hoje amanhã irá por água abaixo. Eu concordo em pedir a retirada desta emenda no dia de amanhã. Porém, se o Governo anunciar apenas o aumento para o mês de janeiro, eu peço que nós possamos ajudar ao Governo a não cometer essa injustiça e esta Casa que tem sido sensível com as causas dos menos favorecidos, eu acho que está prestando um relevante serviço ao Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, para encaminhar.

Eu gostaria de ouvir do Sr. Líder do Governo nesta Casa, qual é a diferença entre os servidores da Procuradoria da Justiça e por exemplo os servidores dos Portos de Paranaguá e de Antonina e os servidores do IAPAR. Por que que o governo usa essa política de tratamento diferenciado?

A Deputada Belinati mesmo, me pede na qualidade de Líder da Bancada, que pergunte ao Sr. Líder do Governo qual é a diferença entre servidores do Porto e servidores do IAPAR. Por que que o Governo usa esse tratamento diferenciado com as diver-

sas categorias funcionais? Há alguma defasagem à beira-mar, algum custo de vida mais elevado lá em Paranaguá que não existe, por exemplo, em serra acima, por que não se dá a todos igual tratamento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda do Deputado Antônio Annibelli será apreciada em segunda discussão.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto nº 505/91 conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Luiz Fritser da Cidade de Toledo, Líder do PDS e Presidente daquele Partido no Município de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda do Deputado Annibelli é genérica, estende a todos os funcionários. Por isso os demais projetos após a aprovação pelo Plenário, voltarão e irão a CCJ, aliás, Finanças.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/91, do Poder Executivo- Mensagem nº 116/91, concede reajuste de 20% aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de novembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 150 de 13.11.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 519/91

PARECER:

O projeto de lei em análise está de conformidade com os preceitos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa, motivo pelo qual opinamos pela sua integral APROVAÇÃO..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 519/91

PARECER:

A Mensagem em tela, de nº 116/91, ORIUNDA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, mereceu parecer favorável da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - C.C.J.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.91

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/91, concede no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no D.A. nº 150 de 13.11.91).

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 521/91

Art. 1º - do Projeto de Lei nº 521/91 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, exceto os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que serão tratados em Lei, separadamente, fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal.

Sala das Sessões, em 25.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Eron-
dy Silvério, Ademar Traiano,
Mário Bezerra, Nelson Justus,
Tadeu Lúcio Machado, Cezar
Silvestri, Colombino Grassano,
Emília Belinati, Rossoni,
Heinz Herwig, Carlos Simões,
Eurides Moura e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A concessão do abono de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) tem sido alvo de críticas e até repúdio, por representar uma concessão "filantrópica" do governo ao funcionalismo. Nada representa em termos de recuperação das perdas, nem melhora o poder real do salário dos funcionários.

Concedido por vigorar apenas um mês, seria aceitável e justo se fosse um reforço emergencial, até que se estabeleça a situação definitiva. Não é o caso, pois o reajuste a ser anunciado certamente não recupera a defasagem e somente será aplicado em janeiro.

Para corrigir esse caráter absurdo do abono, é que estamos propondo que

sua vigência ocorra também em dezembro. Somente dessa maneira o abono deixa de ser uma concessão filantrópica.

É bom lembrar que neste ano, os servidores do Paraná tiveram apenas 20 de aumento, contra uma inflação que mensalmente já ultrapassa a esse índice, acumulando perdas para o funcionalismo que passam dos 380% número jamais visto em nosso Estado.

Ainda que a Emenda ora proposta seja passível do veto governamental, tem sua validade como prova de que esta Casa está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria do funcionalismo. E fica como alerta, pois todo o trabalhador mal remunerado não tem condições de prestar bom serviço e nisto todo o Paraná sai prejudicado.

Em última análise, aprovada esta Emenda, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Senhor Governador fará acolhê-la, mesmo porque, estamos seguramente informados que a arrecadação estadual teve aumento substancial nos últimos meses.

Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Projeto de Lei nº 521/91 de autoria do Poder Executivo, concede abono de 42 mil cruzeiros aos servidores públicos.

Disse agora, há pouco, o Deputado Annibelli que provavelmente houve um erro de datilografia ao fazer tal projeto. Nós entendemos que não há erro de datilografia, o que há é má vontade do Governador de pagar salário decente aos trabalhadores do serviço público estadual.

A questão salarial do Servidor Público do Estado é fundamental, hoje de ser discutido a nível de Assembleia Legislativa e a nível de Poder Executivo. Esses servidores estão submetidos ao mais profundo achatamento salarial no nosso Estado. Sofreram as consequências do Governo Álvaro Dias, sofrem as consequências do Governo Requião. Diz o Governo que não tem dinheiro para dar aumento de salário, e dá esmolas... e dá abono... E conta, como se isto fosse vantagem!

Queremos é vida decente. Salário digno. Que possamos viver com dignidade. E não os abonos que Collor dá... que Requião dá... que várias Prefeituras também dão... Aham que um abono que completa um salário de oitenta mil é salário decente, é coisa digna para se viver. Esse daí, como diz a peãozada no serviço, é o dinheiro da pinga na época do Natal e a família continua passando fome.

Enquanto diz que o Estado não tem dinheiro, o irmão do Governador consegue pular de um cargo para outro, como Diretor do Teatro Guaíra, para ter boa remuneração.

Este é o moralismo do Governo Requião! Onde seus Secretários, os seus Diretores, conseguem através de um e outro decreto que o Governador assina, seus aumentos de salários, indecentemente, imoralmente. Gostaríamos de ver o Líder do Governo defendendo esta imoralidade e este nepotismo do Governo Roberto Requião.

Na última vez que votamos reajustes para servidor enquanto o reajuste dos servidores públicos ia de um patamar de 9% a 20%, os Srs. Secretários de Estado tiveram um reajuste de 66%. Dinheiro para seus assessoras, para seus parentes, o Governo do Estado tem. Salário decente para os trabalhadores, não tem.

Quando ouvíamos o Governador Requião, na campanha eleitoral, chamando de irmão para cá, irmão para lá, eram os irmãos dele que estava chamando para virem ocupar cargos no Governo do Estado e receberem remunerações superiores às dos demais trabalhadores.

Eram estes os irmãos que o povo do Paraná não soube entender! Aí veio um do Rio de Janeiro, outro não sei de onde, e alguns aí dizendo que inclusive de clínica psiquiátrica para assumir cargo. E assim ocupam os cargos e têm a remuneração.

Teremos que cobrar do Governo do Estado uma política salarial e uma política aos seus servidores decente.

Aproveitamos a oportunidade para dizer que no momento em que hoje começamos a discutir a questão do servidor público na Assembleia Legislativa, poderíamos dar o exemplo ao Governo Requião e fazer um estudo completo da situação do servidor público da Assembleia Legislativa. Para isto tomo a liberdade de sugerir junto à Mesa Executiva e às Lideranças partidárias para que façam isto. Discutam-se o regime jurídico único, o plano de cargos e salários e a complementação dos servidores, o que for preciso e, se forem necessários técnicos para orçamento, e outros, faça-se um concurso público.

Fazendo isto na Assembleia Legislativa, vamos poder cobrar com muito mais tranquilidade do Governo do Estado uma política para o servidor público. E cobrar do Governo do Estado o fim do autoritarismo no tratamento com as entidades sindicais dos servidores públicos. Cobrar do Governo do Estado qual é a proposta de política salarial para o ano que vem. Qual é a proposta do regime jurídico único ao servidor do Estado. E qual é a proposta para o plano de cargos e salários do servidor público. Isto queremos cobrar e estamos cobrando do Governo do Estado. A bancada do PT vota favorável ao abono por entender que para alguns é necessária esta esmola. Por entender que para alguns se não tiver este abono, não vai haver Natal,

ou qualquer festa no final do ano. Por isto votamos favorável.

Mas deixamos o nosso protesto e cobramos do Líder do PMDB que justifique porque Roberto Requião aumenta o salário dos Senhores Secretários em 66%, como foi a vez passada. Por que o Governador Roberto Requião, através de decretos, aumenta os salários dos seus assessores e do seu irmão? Se não tem dinheiro para nada, como diz, como tem dinheiro para isto e não tem para um salário decente aos servidores públicos estaduais?

Isto cobramos. As explicações da Bancada governista e gostaríamos que ela desse e deixasse bem claro, porque isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/91, de autoria do Tribunal de Contas, concede, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00, aos funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Sem PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 528/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º - O abono estabelecido nesta Lei não influirá, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores previstos no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 528/91

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 528/91 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, um abono provisório no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensal, aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Lourenço Fregonese, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti e Rafael Greca de Macedo.

JUSTIFICATIVA:

Vale a Justificativa apresentada à Emenda ao Projeto de Lei nº 521/91, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 115/91. Pois, os motivos, os argumentos e as razões são os mesmos.

Aprovado.

mais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência e o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Resolução nº 062/91. Aprovado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Eu quero comunicar aos nobres Pares desta Casa, que em contato mantido com o Líder Orlando Pessuti, nós concordamos com a retirada do Projeto por cinco sessões e apresentaremos após esse estudo, após as cinco Sessões. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Aprovado.

Fica portanto, concluído o regime de urgência e adiado por 05 (cinco) sessões o Projeto de Resolução nº 062/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 067/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, autoriza a realização de plebiscito objetivando a incorporação de parte territorial do Município da Lapa ao de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. nº 146 de 06.11.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar a realização de Plebiscito objetivando a incorporação de parte territorial do Município da Lapa ao de Contenda.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, verificamos que nada há que obste a normal tramitação deste pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 062/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria dos Deputados João Arruda e Ademar Traiano, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Centro Novo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, verificamos que nada há que impeça a normal tramitação deste pelos de-

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente.

Preocupa-me sobremaneira e esta preocupação deve ser também extensiva aos Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça a inclusão na Ordem do Dia de projetos e mensagens do Governador e do Tribunal de Contas para o abono de 42 mil cruzeiros para cada um dos seus funcionários. É porque a Comissão tem procurado agir com a maior lisura, com a maior responsabilidade, com a maior seriedade, convocando até reuniões extraordinárias para que não sejamos obrigados a ver no próximo ano a criação de uma comissão geral para apreciar todos os projetos que deveriam ir para as Comissões. Dessa maneira, eu devo dizer a Vossa Excelência que apresentarei amanhã em 2ª discussão emendas para que essas mensagens voltem à Comissão de Constituição e Justiça para onde não foram até a presente data.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que já tomou essas providências, após a aprovação todos os projetos irão à Comissão de Justiça e Finanças para atenderem a emenda do Deputado Antônio Annibelli.

Em votação.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 062/91, de autoria dos Deputados João Arruda e Ademar Traiano, autoriza a realização de plebiscito na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Centro Novo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 134 de 16.10.91).

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n. 3191, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Nós queremos já em duas sessões seguidas e Vossa Excelência se comprometeu a fornecer a relação dos projetos que entraram em pauta até o final do recesso ou que estão em tramitação na Assembléia para que nós possamos fazer um alarde, nos preparar para a exaustiva e última semana que certamente será aqui de trabalhos na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa está cobrando do assessor da Presidência e ele alega que o requerimento de Vossa Excelência é incompleto. Vossa Excelência quer de todos os projetos que estão tramitando nas Comissões ou de todos os projetos que se encontram na Assembléia inclusive os vetos?

O SR. ERNANI PUDELL - Exatamente, Senhor Presidente. Custaria fornecer uma relação para que nós tivéssemos uma visão panorâmica.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Na sessão de amanhã providenciaremos.

Requerimento de n. 3188, de autoria do Senhor Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Nós queremos agradecer a Vossa Excelência e à Comissão Executiva por ter cedido a sala para a nova liderança do novo partido com assento nesta Casa, o Partido Social Trabalhista, e ao mesmo tempo comunicar a esta Casa que nós estaremos no Rio de Janeiro nesta próxima quinta-feira às 20 horas, lançando o PST no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Nós queremos agradecer aos Senhores Parlamentares a manifestação de apoio ao nosso voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Eliseu C. Vara, geólogo da MINEROPAR por tratar-se realmente de uma das mais ilustres personalidades desse nosso Estado. Eliseu Causa Vara foi nosso colega como morador na Casa do Estudante do Estado do Paraná, e desde a sua juventude era um paranaense ilustre, teve a oportunidade

inclusive de participar do grupo de atores que encenou a peça "O Pagador de Promessas". Uma pessoa de um vida realmente respeitável e de um funcionário da MINEROPAR e que teve uma morte súbita nos últimos dias e nós estamos aqui hoje propondo este voto de pesar. Queremos agradecer os Senhores parlamentares pelo acompanhamento a nossa propositura.

Requerimento de n. 3176, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 3177, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 3190, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu pediria que Vossa Excelência fizesse cumprir o Artigo 185 do Regimento Interno que proíbe Regime de Urgência nos últimos vinte dias do período Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, eu questiono à Mesa se por se tratar de projeto oriundo de Mensagem do Governo que trata de crédito suplementar se esse dispositivo, mencionado pelo Deputado Colombino Grassano, se aplica.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Artigo 186. Desculpe ter informado 185, página 62.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - (Lê Artigo 186 do Regimento Interno).

Trata-se de Mensagem governamental. está enquadrado no Regime de Urgência.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - É crédito suplementar ou crédito especial.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Suplementar.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Então, o Regimento Interno não é claro.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o reqe-

rimento conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

O Artigo 186 diz que pode ser solicitado o Regime de Urgência pelo Poder Executivo, mas não por um Deputado. Pode-se tramitar em regime de Urgência quando solicitado pelo Poder Executivo e não por um Deputado, apesar da Mensagem ser do Poder Executivo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - De acordo com o Artigo 166 da Constituição Estadual, parágrafo 1º.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, aí se refere ao crédito; não à urgência.

A Mesa submete a voto o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. REJEITADO.

O SR. DR. ROSINHA - Solicitamos verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu requeiro a chamada nominal para que se processe a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere, e solicita do 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - Encerrada a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, estou presente à sessão e não fui chamado até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e oito Senhores Deputados responderam à chamada. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Orlando Pessuti, queiram levantar-se. (Pausa). Dezesete Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa). Dezenove rejeitam. Está REJEITADO o regime de urgência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas estranho a ausência neste Plenário e a votação, por conseguinte, contrária ao nosso pedido de regime de urgência a esta Mensagem Governamental, pois trata a Mensagem de Abertura de crédito suplementar no valor de 15 bilhões de cruzeiros, com finalidade de honrar os compromissos assumidos pelo Governo do Estado do Paraná, no convênio

firmado com o Município de Curitiba e a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S/A - CIC, mediante repasse de recursos para ação de empréstimos e financiamentos efetuados na implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Eu me recordo que neste Plenário uma grande parcela daqueles que hoje votaram contra o regime de urgência, cobraram e cobraram, em especial o Vice-Prefeito de Curitiba e Deputado Estadual, Algaci Túlio, o Deputado Rafael Greca, Líder do PDT, cobraram e quantas vezes cobraram um posicionamento do Governo do Estado com referência a este assunto. E quando o Governo do Estado adota uma postura, firma um acordo com o Município de Curitiba, equaciona o problema, manda para esta Casa uma Mensagem pedindo abertura de um crédito suplementar para resolver o assunto, desaparecem justamente do Plenário aqueles que cobravam do Governo a resolução do problema. Desaparecem do Plenário o Deputado Algaci Túlio, desaparece do plenário o Deputado Rafael Greca e votam contrário o nosso pedido de urgência para a matéria, alguns Deputados que, ao longo do tempo, cobravam urgência na solução do problema. Então é difícil realmente de entender os discursos e a prática de alguns Parlamentares.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) O Senhor Líder do PMDB quer fazer distinção entre o grande e o pequeno, quando a Assembléia Legislativa não pode se preocupar com 15 ou 20 bilhões de cruzeiros e nem com 42 mil cruzeiros para um servidor. Nesta Assembléia, nós temos que fazer cumprir o Regimento Interno, fazer cumprir aquilo que determina a Constituição do Estado. Quando o Poder Executivo pede urgência e já discuti isto com Vossa Excelência e Vossa Excelência mandou que se procedesse a um estudo e se verificou logo em seguida, o Artigo n. 66 da Constituição Estadual determina que pode o Poder Executivo pedir regime de urgência para 45 dias. É uma solicitação do Poder Executivo. De modo que eu não creio em meia honestidade, eu não creio em meia fidelidade, eu acredito na sinceridade, na honestidade e faço tudo para que seja cumprido o Regimento Interno porque eu quero cumprir com a minha obrigação de Deputado Estadual.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Uma sugestão, Senhor Presidente: prevendo já os últimos dias dos nossos trabalhos aqui que serão intensos, faço a sugestão a Vossa Excelência no sentido de reunir o colégio de Líderes desta Casa para que nós possamos analisar em conjunto os projetos de mais alta relevância para o Estado e de interesse das diversas Bancadas e que nós pudéssemos talvez, estabelecer um acordo

daquelas matérias que nós entendemos devam ser apreciadas o mais rapidamente possível ainda neste período legislativo, de forma a evitar até a necessidade ou a desculpa, pela convocação de um período extraordinário para os trabalhos desta Casa, e ainda sabendo que em breve teremos em discussão o Orçamento do Estado do Paraná, que com certeza demandará uma discussão muito exaustiva.

Então, eu acredito que essa providência seria oportuna até que tomássemos o quanto antes e estabelecêssemos em acordo a pauta da Assembleia até o final do recesso. Obviamente sem querer passar por cima da atribuição da Mesa da Assembleia Legislativa, mas prevendo exatamente que um acordo poderá aí solucionar esses problemas desses que assistimos agora e com certeza virão com frequência nos próximos dias para a Assembleia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Nós queremos ser solidários à colocação do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, onde traz duas preocupações: primeiro, é exatamente porque nós estamos encerrando o período legislativo, nós estamos encaminhando para o recesso parlamentar, há uma grande preocupação evidentemente do Líder do Governo, e subentende isso - de que esse regime de urgência é exatamente para que os Deputados possam votar a matéria de interesse do Governo e muito mais do interesse da nossa Capital, que se fala em relação à Cidade Industrial.

E a colocação que o nosso líder do PMDB fez nesta Casa, questiona a ausência dos Deputados da Capital, e eu também acho isso estranho, uma vez que já discutimos aqui há uns dois meses atrás essa questão da dívida da Cidade Industrial, e que eu até contrariei isso, uma vez que nós estamos assumindo o Governo do Estado, assumindo dívidas da Capital e deixando de assumir compromissos até no interior, quando o interior não tem nenhuma responsabilidade com as dívidas firmadas aqui na Capital do Estado.

Então, a colocação é perfeita, e nós entendemos que é lamentável a ausência dos Deputados da Capital, e principalmente o voto que recebeu contrário da Bancada do PDT, que é liderada pelo Prefeito Jaime Lerner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas reforçando o argumento da minha colocação, eu cito o exemplo, em que nós temos a regulamentação do transporte coletivo que está em tramitação na Assembleia.

Nós precisamos tomar uma providência urgente, precisamos regulamentar essa matéria, sob pena de a cada final de semana, na "Ilha das Cobras", o povo levar uma mordida de 87% como levaram agora os usuários do transporte coletivo, que se comenta, à "boca pequena", pelo Estado do Paraná, que tem alguma coisa atrás disso.

Então, é fundamental que a Assembleia coloque em pauta o mais rápido possível matérias desse interesse, que também são do interesse do Estado, dos usuários, porque esses finais ecológicos acabam sendo uma mordida para os usuários e bem venenosas, carregadas de veneno.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, apenas para registrar, já que o nobre Líder Orlando Pessuti ironizou em cima dos companheiros Rafael Greca e Algaci Túlio, que também o Deputado Neivo Beraldin é um Deputado da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Requerimento de nº 3175, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3171 a 3173, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3178, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3179 a 3183, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3184, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3186, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3192, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3185, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Data vênica, eu entendo que o pedido do Deputado Orlando Pessuti aqui e que por sinal me surpreendi agora, com relação ao problema da EMPACEL. Foi extemporânea. A matéria já está para ser apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria vai ser votada amanhã.

Requerimento de nº 3134, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos de nºs 3197 e 3198, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 84, 217, 416, 484, 488, 503, 504 e 519/91, e do Projeto de Resolução nº 67/91.

Levanta-se a sessão.